Quinta-feira, 30 de abril de 2026 I Série — Número 85

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados André Ventura (CH), José Luís Carneiro (PS), Mariana Leitão (IL), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP) e Hugo Soares (PSD).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 17 horas e 27 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas ao público, por favor.

Eram 15 horas.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo e pedia às Sr.as e Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos dar início aos nossos trabalhos.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Francisco Figueira, o favor de ler o expediente que haja.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto das iniciativas que deram entrada na Mesa desde a nossa última sessão plenária.

O Sr. **Presidente**: — Vou então dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para a intervenção inicial.

Burburinho na Sala.

Sr.as Deputadas e Srs. Deputados…

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Perante o impacto das tempestades, afirmámos o objetivo de superar a adversidade e reerguer Portugal, juntando as forças da nossa comunidade, do nosso povo e da nossa capacidade de, juntos, construirmos o futuro.

Apresentámos ontem a versão final do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), um plano para tornar Portugal mais seguro, mais robusto e mais preparado face à ameaça crescente de fenómenos naturais extremos ou outras disrupções críticas, sejam tempestades, incêndios, sismos ou apagões.

O PTRR resulta de uma ampla consulta pública, que envolveu o atual e o anterior Presidentes da República, reuniões muito construtivas com todos os partidos representados nesta Câmara, bem como mais de 900 contributos de instituições públicas e privadas e cidadãos. Foi um amplo processo de concertação nacional.

O PTRR está organizado em três pilares, que se materializam em 96 medidas, com um investimento total de 22 600 milhões de euros, até 2034. O primeiro pilar, o pilar Recuperar: recuperar o que foi destruído, garantindo uma resiliência maior para o futuro. Relembro, a título exemplificativo, os apoios à reconstrução de habitações e ao rendimento das famílias atingidas, as linhas de crédito à tesouraria e investimento das empresas, a isenção de pagamentos à Segurança Social, o *lay-off* simplificado, o incentivo financeiro à manutenção de postos de trabalho.

Amanhã mesmo, posso anunciá-lo agora,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Amanhã! Não é «ontem»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o Conselho de Ministros irá aprovar uma moratória temporária dos créditos às empresas, por mais 12 meses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH e de Deputados do PS.

Os Srs. Deputados do Chega estão animados. Hoje temos um dia especial porque há novidades do dia anterior e para o dia seguinte à realização deste debate.

Risos do PSD e do CH.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O segundo pilar, o pilar Proteger: proteger pessoas, empresas, territórios e infraestruturas. Entre outras medidas, destaco a reforma da emergência médica e da capacidade de resposta, em crise, das infraestruturas de saúde; o reforço das redes elétrica e de abastecimento de água e a capacidade de armazenamento de energia; a maior cobertura e resistência das redes de comunicações; a construção de barragens e aproveitamentos hídricos e uma maior integração na gestão das bacias hidrográficas; a maior intervenção na gestão da floresta, com conjugação de esforços públicos e privados; a revisão cuidada da preparação do País e das pessoas para a possibilidade de ocorrência de fenómenos sísmicos.

O terceiro pilar, o pilar Responder: responder de forma mais rápida, mais coordenada e robusta a futuras situações de crise. Entre as medidas a adotar, destaco a criação de um fundo de catástrofes naturais e sísmicas; a obrigatoriedade de seguros com coberturas suficientes e claras face a calamidades, conjugada com um mecanismo público de apoio a pessoas e famílias com maiores dificuldades económicas.

Sejamos claros, quando há uma crise, não é possível ao Estado dar tudo a toda a gente e durante todo o tempo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nem temos meios, nem é assim que se estrutura uma sociedade económica, financeira e socialmente mais forte e mais justa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O fundo de catástrofes e um sistema efetivo e sustentável de seguros são uma expressão de solidariedade e de responsabilidade.

Outra medida é a entrega a todas as juntas de freguesia de equipamentos que assegurem continuidade no fornecimento de energia e meios de comunicação permanentes, para que possam, as juntas de freguesia, ser efetivamente uma referência institucional do apoio direto às populações em situações mais críticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda, o reforço da capacidade de armazenamento de medicamentos e alimentos e também o reforço da Proteção Civil e do emprego das Forças Armadas na resposta a calamidades. São alguns dos exemplos que temos neste plano e, creio, mobilizam todo o País e também toda a Assembleia da República.

Este é um investimento na segurança coletiva, na vida das pessoas, na continuidade do funcionamento das empresas e no funcionamento do País. Um plano construído com todos e um plano dirigido a todos.

Em suma, perante a destruição, não nos limitamos a repor, mas estamos a reconstruir melhor e a tornar Portugal mais seguro, mais robusto e mais preparado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não se trata de gastar, mas de investir e transformar. Não se trata de reagir, trata-se de antecipar. Não se trata de manter, trata-se de desenvolver.

O PTRR reforça, colabora e complementa o Programa do Governo e a Agenda Transformadora. E este plano é apresentado e executado quando Portugal enfrenta dois choques simultâneos: o choque proveniente da ocorrência do comboio de tempestades e o choque externo com os conflitos a nível internacional, em particular no Médio Oriente.

Este plano só é possível porque temos, efetivamente, uma gestão criteriosa e virtuosa das nossas finanças públicas;…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque temos promovido o crescimento da nossa economia num nível superior à média da União Europeia; porque temos baixado os impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre as empresas;…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque temos aumentado o rendimento das pessoas; porque temos, hoje, atingido níveis históricos de empregabilidade;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque temos uma dívida pública reduzida a menos de 90 % do nosso produto; porque invertemos o ciclo de degradação e desinvestimento nos serviços públicos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, sabemos bem o impacto que a crise internacional tem e transporta para o dia a dia de muitas famílias, de muitas empresas e do País em geral, do preço da energia e dos combustíveis ao custo do cabaz alimentar. Por isso, fomos dos primeiros países a reagir e dispomos de um pacote de medidas com uma dimensão semelhante a outros países europeus, se estivermos a fazer uma avaliação em termos relativos.

Diminuímos o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) e o Estado não está a ganhar com a crise, está a devolver o aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) aos cidadãos e às empresas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aumentámos o apoio na botija de gás solidária e estamos a apoiar setores estratégicos mais expostos à variação do preço dos combustíveis. São cerca de 150 milhões de euros de apoios por mês e mais 45 milhões de euros em apoios extraordinários, tudo com o objetivo de mitigar o aumento dos preços.

Continuaremos a acompanhar a evolução dos preços, em particular dos alimentos, e agiremos sempre que necessário. Tudo faremos para proteger as famílias e a economia, com equilíbrio e prudência, sem comprometer a estabilidade do País.

Temos memória! Não será com este Governo que haverá descontrolo nas contas públicas…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e os consequentes, sempre os consequentes sacrifícios exigidos aos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No passado recente, foi o voluntarismo e o imediatismo populista do Partido Socialista…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: —… que trouxe a fatura da troica a Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas a este propósito, é bom que os portugueses vejam e analisem os discursos e algumas propostas convergentes — para não dizer mesmo iguais! — do Partido Socialista e do Chega, para facilmente se concluir, e os portugueses podem fazê-lo muito facilmente, que Chega e Partido Socialista estão de bem um com o outro,…

Risos do Deputado do CH André Ventura.

… mas estão de mal com a proteção e com a construção do futuro em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, o crescimento económico é essencial para termos capacidade para responder aos problemas dos portugueses e melhorar o seu nível de vida. Por isso, estamos a transformar Portugal com os processos de reforma do Estado, da lei laboral, da fiscalidade, dos sistemas de educação e saúde, das políticas de habitação e mobilidade, para reforçar a competitividade da economia, para valorizar o trabalho e para criar mais oportunidades. Porque são precisamente os trabalhadores que mais se esforçam, que mais produzem, que mais querem progredir que acabam, muitas vezes, penalizados pelo modelo atual.

Srs. Deputados, num mundo marcado pela incerteza, Portugal é uma referência de estabilidade — estabilidade política, estabilidade económica, estabilidade financeira. Com esta estabilidade, o Governo está a agir, para recuperar Portugal, com o PTRR; para gerir o impacto da crise internacional, com medidas adequadas e prudentes, equilibradas; e a transformar Portugal, com reformas que promovam mais bem-estar e resolvam os problemas das pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então, agora, à primeira ronda de perguntas, e tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro tem razão quando diz que não podemos, nem devemos, pagar tudo a todos, a todo o momento e de toda a forma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é verdade, mas deve, pelo menos, pagar o que promete.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E deve, pelo menos, pagar o que prometeu aos portugueses que iria pagar.

Ora, passaram alguns meses do comboio das tempestades, que veio aqui referir. O Governo optou por apresentar um plano que não tinha nenhuma concretização ou calendarização, dizendo que para abril faria essa concretização. Chegados aqui, o que temos é isto: 20 000 pessoas continuam sem comunicações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Repito, 20 000 pessoas continuam sem comunicações ao dia de hoje. No tal País moderno e desenvolvido, é pelo menos estranho que haja 20 000 pessoas que continuem sem comunicações.

Mais, 30 % dos apoios foram pagos aos agricultores, mas falharam os outros 70 % que lhes tinham sido prometidos.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pagaram 30 % de 100 %, portanto, 70 % ficaram por pagar.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dois terços dos apoios que tinham sido prometidos na sequência destas tempestades ficaram ainda por pagar.

Não vou ao resto, porque não interessa: o apagão e aquilo que aconteceu nos incêndios do ano anterior, é pouco importante. Não somos nós que o dizemos, são as associações de empresas, são as empresas que ontem viram terminar as moratórias!

Aplausos de Deputados do CH.

Sabem qual foi a solução do Governo para o fim das moratórias? A solução foi mais endividamento e «façam seguros». Como se não estivessem no 2.º país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) onde mais impostos se pagam,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … onde as segundas casas mais pagam impostos!

Aplausos do CH.

O país onde as pessoas talvez pudessem perguntar-se: «Mas espera aí, então para que é que pago esta taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), de IRS (imposto sobre o rendimento de pessoas singulares), IVA a 23 %, ISP e IVA sobre os combustíveis a este nível se, quando chega o infortúnio de a tempestade afetar a minha casa, o Governo me manda para a seguradora? Então não é preciso ter Governo! Então basta a seguradora, porque o Governo não nos serve para muito! Basta a seguradora!»

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer-lhe isto aqui, cara a cara: todos os planos estruturais que apresentou até hoje foram um fracasso! E tem de ser dito assim!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tomou posse a dizer que ia ter um grande plano de emergência para a saúde:…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E teve!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … um enorme fracasso.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Apresentou um plano chamado Construir, que iria resolver os problemas da habitação: temos das habitações mais caras da Europa.

Apresenta-nos o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e, agora, o PTRR: e continuamos sem eficácia nenhuma.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei de que país falou quando estava ali na tribuna — talvez fosse à Suécia ou à Noruega que se estava a referir —, mas não foi deste, com certeza,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … onde as pessoas, para porem telhas, têm de pagar do seu bolso;…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … onde as pessoas, para terem o centro de saúde aberto, têm de fazer manifestações; onde as pessoas, para conseguirem ter o reembolso… Emigrantes que vivem lá fora veem os imigrantes a chegar e a ter casas, mas para a sua casa o Estado não paga nada, deixa-os sozinhos à sua sorte.

Aplausos do CH.

Então, nós não queremos um Governo, queremos uma companhia de seguros! Saiam todos! Saiam todos e metam aí a Fidelidade, que se calhar fará melhor do que vocês.

Aplausos do CH.

Porque, se calhar, resolverá melhor os assuntos dos portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Passe a publicidade!…

Risos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Essa realidade é na China!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, já sabemos que o Sr. Deputado André Ventura não gosta de planear,…

Protestos do CH.

… não gosta de ponderar, não gosta de decidir com base em critério.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado é mais do estilo: dispara primeiro e vai pensar a seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É isso que o Sr. Deputado faz sempre e é por isso que o Sr. Deputado não tem características para ter responsabilidades governativas em Portugal —…

Protestos do CH.

… como, de resto, acabou de demonstrar.
Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: aquilo que compete ao Governo, o Governo está a fazer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E não é pouco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Naturalmente, não vou dizer que o Governo faz tudo bem, não vou dizer que tudo o que antecipamos se concretiza de imediato.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Mas quando o Sr. Deputado diz que há apoios por chegar — e há! — a famílias e a empresas,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sou eu, são os jornais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o Sr. Deputado tem de pensar, ponderar, estudar e aprofundar aquilo que está a dizer.

Protestos de Deputados do CH.

Porque se o Sr. Deputado o tivesse feito, já teria concluído, por exemplo, que para o apoio às habitações o dinheiro está disponível…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional. E porque é que não chegou ainda a muitas famílias? Porque os respetivos processos, ainda que simplificados, estão a ser avaliados.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Claro que o Sr. Deputado André Ventura tinha a receita para isso, que era dar indiscriminadamente. «Quem levantar o braço, faça favor, pegue no cheque» — esse é o princípio do Chega, mas não é o nosso princípio, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E vou-lhe dizer: esse princípio nenhuma companhia de seguros faz, mesmo que o Sr. Deputado quisesse transformar o Governo numa companhia de seguros — o que diz também muito sobre a sua conceção de exercício da governação.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Oh, oh!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, naturalmente que é preciso aferir critério e rigor nos apoios que estão disponibilizados. Agora, o Governo atribuiu até 10 000 € para recuperar uma casa: o Sr. Deputado foi capaz de dizer «foi mal»? Não, não foi capaz de dizer.

Protestos de Deputados do CH.

O Governo atribuiu uma linha de crédito à tesouraria e à recuperação das empresas: o Governo fez mal? «Mais ou menos», disse o Sr. Deputado. Sabe porquê? Porque o Sr. Deputado diz assim: «Não, às empresas que estão à espera do seguro, o que o Governo fez foi levá-las para o endividamento.»

O Sr. Deputado foi estudar? Não foi.

Vozes do CH: — Foi!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se tivesse ido teria concluído o seguinte: a linha da tesouraria existe precisamente para antecipar receita às empresas, mormente as que estão à espera dos processos de seguro. Mais, com carência de pagamento,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … isto é, para aguentarem até serem ressarcidas pelo pagamento do seguro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não sabe o que é que está a dizer!
Ou então sabe e quer dizer ao País que — lá está! — há tudo para todos, sem critério e a todo tempo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora! É o PCP!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas ó Sr. Deputado, esse não é o tempo deste Governo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E aí é que o Sr. Deputado faz uma santa aliança com o Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu diria mais, com esse discurso, o Sr. Deputado arrisca-se mesmo a ser o chegano mais socialista dessa bancada ou mesmo do Chega, em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas é o caminho que o Sr. Deputado escolhe.
Sobre o apoio às empresas, a moratória que esteve, e está, em vigor até ao fim deste mês, e que vai agora ser estendida por mais 12 meses, é uma solução para dar às empresas a capacidade de ultrapassarem a situação.
Não sei o que é que o Sr. Deputado preconiza, mas diga! Diga ao País o que é que o Sr. Deputado fazia em substituição da possibilidade de as empresas acederem a crédito para terem mais tesouraria e mais potencial de investimento no seu processo produtivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que é que o Sr. Deputado faria? Entregava dinheiro? Dinheiro oferecido às empresas? É esse o seu conceito de governação, Sr. Deputado?
Já agora, aproveite o debate e clarifique Portugal, porque é importante sabermos qual é o seu pensamento — e não apenas atirar fogacho para o ar, disparar para todo o lado e, no fim do dia, não saber, ou saber bem, que a consequência disso seria mais uma vez o desequilíbrio. Pago por quem? Pelas pessoas e pelas empresas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chegano é quem lhe fez as orelhas!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, continua no uso da palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, acho que talvez possamos chegar a uma visão que será, mais ou menos, a meio da ponte, que é esta: o Sr. Primeiro-Ministro disse para eu estudar mais. Pode ter certeza de que o farei quando tiver de o fazer, e se calhar até estudei um pouco mais do que o Primeiro-Ministro ao longo da vida.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se calhar!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se calhar precisava de mais!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas há uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro, que acho que é um pouco mais importante do que estudar, que é ir ter com as pessoas e falar com elas.

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, em vez de mandar o líder da oposição estudar, talvez o líder do Governo devesse ouvir este conselho do líder da oposição: em vez de estar aí sentado, ao lado do Governo, saia do seu gabinete, vá ter com as pessoas,…

Aplausos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Todas as semanas! Todas as semanas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … e veja as dificuldades por que estão a passar.

Continuação de aplausos do CH.

Portanto, para não ser do Chega, vou ler o que diz a comunidade regional de Leiria — não é nossa, de certeza! — dos apoios que não estão a chegar após a tempestade *Kristin*: «Três meses após a tempestade *Kristin*, 20 000 pessoas continuam sem comunicações de *internet*, televisão e telefone.»

Não é estudar, Sr. Primeiro-Ministro! É ir lá, é preocuparmo-nos com os portugueses!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É não querermos saber de gabinete, é querer saber das pessoas!

Aplausos do CH.

«Três meses após a tempestade, 20 000 pessoas continuam sem serviços e mais de 10 000 pessoas ainda não tiveram nenhum apoio. O Governo lançou um plano para reduzir o impacto de catástrofes, na sequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*, mas quase todo o País se queixa que chega a conta-gotas». Não é o André Ventura, não é o Chega, não são os socialistas, nem os comunistas, nem os liberais, são mesmo os portugueses!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E se o senhor não está bem a governar para os portugueses, talvez não deva estar bem a governar de todo, nessa bancada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, continua sem contrariar as decisões do Governo.

Mas deixe-me dizer-lhe, a propósito do contacto com a realidade e com os portugueses, que o Sr. Deputado também diz tudo e o seu contrário. Quando aqui discutimos pela primeira vez o que o Governo estava a fazer em reação, precisamente, ao comboio de tempestades, em particular à depressão *Kristin*, eu tive ocasião de lhe dizer que o Governo foi, no próprio dia da ocorrência, com três secretários de Estado para o terreno. Eu próprio fui no dia seguinte!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe o que é que o Sr. Deputado disse? Que fomos tarde! Quer dizer, o Sr. Deputado queixou-se de que nós fomos ao terreno; disse, entretanto — com injustiça, é verdade, mas enfim, é o debate democrático —, que tínhamos ido tarde; e agora diz que não fomos. Ó Sr. Deputado, entenda-se!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sou eu que digo, são os jornais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, estamos em contacto com as pessoas, com as famílias, com os autarcas. Não desconhecemos o que está a acontecer na execução de muitas das nossas decisões, Sr. Deputado, mas é preciso compreender porque é que isso acontece. Acontece por falta de recursos humanos, nomeadamente nas câmaras municipais, embora também aí o Governo já tenha feito a sua parte! Há uma bolsa de mais de 700 técnicos que estão disponíveis para serem recrutados por essas autarquias, para acelerarem os processos de avaliação.

Protestos do CH.

Agora, há uma coisa que todos nós queremos, que é combater a fraude. Eu pensava que essa era uma bandeira do Chega, mas não!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Chega defende o combate à fraude nos discursos mais inflamados. Quando tem a responsabilidade de optar e decidir, diz: «Dê-se tudo a toda a gente, sem critério! Venha, levante a mão que está aqui o cheque para poder levar para casa!»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para continuar as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sei o que considero que o dar tudo a todos… Olhe, vou dizer-lhe, para não se esquecer: A Sr.ª Alzira Luís tem 81 anos.

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não digam «oh»!

A Sr.ª Alzira Luís tem 81 anos e teve a casa destruída num incêndio, em Pedrógão. Ainda era o Governo daqueles senhores…

O orador apontou para a bancada do Partido Socialista.

… que também prometeram dar — esses sim — tudo a todos.

Em todo o caso, passou o Governo de António Costa, passou o primeiro Governo de Luís Montenegro, passou o segundo Governo de Luís Montenegro, e a Sr.ª Alzira continua sem casa e a pagar IMI sobre a sua própria casa que ardeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer um exemplo do que é competência? É quem tem a casa ardida não pagar IMI!

Aplausos do CH.

Acho que isso é uma questão de competência e de justiça. De justiça! Nem é preciso muito, está a ver, Sr. Primeiro-Ministro?

Continuação de aplausos do CH.

Está a ver o que é? Em vez dessa bazófia toda, dessa conversa, é fazer coisas para as pessoas. Para elas! Pensar nelas primeiro.

Mas vamos aos seus factos. O Governo anuncia apoios e linhas de crédito em que um terço delas são privadas. Um terço delas são privadas e uma outra parte é de seguros. Como o Sr. Ministro mandou a quem perdesse a casa ter seguro, quem não tem, paciência!…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não foi isso que disse!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhe, vivesse noutro país um bocadinho melhor do que aquele em que nós vivemos! Mais, promete fundos europeus que, entretanto, já soubemos que nem definidos nem calendarizados estão ainda.

Portanto, desculpe lá, isto não é uma questão de estudar mais nem menos, isto é uma questão simples: enganar ou não enganar; ter planos para as pessoas ou não ter!

O que o Sr. Primeiro-Ministro apresentou ontem tem um nome, desculpe lá: é uma fraude política! É uma fraude política!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado André Ventura continua a confundir tudo, tem mesmo de estudar.

Risos de Deputados do PSD.

Sr. Deputado, ontem não apresentei linhas de crédito nenhumas. A linha de crédito de que falei há pouco é a linha de crédito à tesouraria e à recuperação das empresas que está disponível para todos aqueles que foram atingidos pelos efeitos das tempestades. Está disponível e está a ter um bom acesso, Sr. Deputado.

Nesse caso, é verdade, não são sequer linhas públicas! São linhas geridas pelo Banco Português de Fomento e que depois são executadas pela banca comercial.

O Estado atua aqui como garante, mas ao servir como garante, possibilita que as empresas tenham acesso a crédito que noutras condições não teriam. E falo de acesso que está, por assim dizer, pré-aprovado. Está facilitado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado tem de perceber isto, senão não conseguimos ter uma discussão minimamente enquadrada e séria.

Aquilo de que o Sr. Deputado falou a seguir foi de outra coisa. O Sr. Deputado, a seguir, falou do PTRR, que é um plano para recuperarmos, para criarmos mais resiliência, para transformarmos o País, para podermos enfrentar estas e outras adversidades, no futuro, com mais capacidade, sem prejudicar as famílias e sem prejudicar as empresas.

E, aí, contamos com todos. Contamos com o investimento público do Orçamento do Estado e contamos com o investimento dos fundos europeus, que, já agora, são fundos para os quais nós, Portugal, também contribuímos — e já não falta muito para que sejamos contribuintes líquidos da União Europeia, mas fica para outra discussão —, são fundos que são públicos, mas que vêm por via da União Europeia, e fundos privados. Sim, privados, Sr. Deputado. Estamos a falar de reforço de capacidade na energia, de reforço de capacidade hídrica, de gestão florestal, onde há parcerias público-privadas, onde há concessões, onde há a necessidade de alavancar investimentos pelos próprios empreendedores. Não deixam de ser investimentos, muitas vezes, no perímetro público e não deixam de ser investimentos de interesse público. Por isso é que estão neste plano, Sr. Deputado.

Qual é a divergência que o Sr. Deputado tem? Acha que devemos evitar criar mais resistência na rede elétrica? É isso que o Sr. Deputado preconiza? Acha que devemos parar a construção de mais quatro barragens e mais 400 charcas e pequenas albufeiras?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É isso que o Sr. Deputado defende? Acha que não devemos chamar os privados para a gestão florestal, para a rentabilização da floresta, para podermos ter uma verdadeira política florestal, que não só ocupe o território, como dê mais atividade económica e evite fenómenos extremos, como, por exemplo, o dos incêndios e da sua propagação e dimensão, Sr. Deputado? Qual é a sua política, Sr. Deputado?

É que, Sr. Deputado, não basta apenas confundir as nossas políticas. Também dava algum interesse à discussão que o Sr. Deputado tivesse uma posição sobre estas opções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É agora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não posso dizer que estamos contra as barragens, só por uma razão: fomos nós que propusemos e o PSD votou contra elas.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Por isso, nós não podemos dizer que estamos contra. Foi o PSD que votou contra elas, Sr. Primeiro-Ministro. Ao menos, copia-nos no que propusemos, o que já não é mau. Agora, não diga, sendo as propostas nossas, que temos de as ir estudar. No máximo, os senhores têm é de deixar de copiar — que é outra coisa — as nossas propostas.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Vozes do PSD: — Ooh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem os satélites, porque o Sr. Primeiro-Ministro sabe bem que, nesta bancada e nestas reuniões, foi o Chega que o propôs.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sabe contra o que nós estamos mesmo? É que quem está à espera, há um ano, continue sem ter apoio num dos Estados onde mais se pagam impostos. É contra isto que nós estamos. O que nós continuamos sem compreender é como é que morrem pessoas a colocar as telhas da sua casa. É contra isto que nós estamos!

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Estamos contra é que o Governo dê uma linha de crédito e mais endividamento às empresas que viram a sua estrutura produtiva toda destruída. É isso que não compreendemos.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se eu devia perceber mais do assunto, mas o Sr. Primeiro-Ministro deveria ser mais honesto sobre este assunto. Sabe porquê? Porque não somos nós que o dizemos.

O orador exibiu um documento.

Olhe, as confederações, até aquelas que querem aprovar a sua reforma laboral…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A vossa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … dizem que estão a ganhar com a crise, a encaixar dinheiro com a inflação. Todos dizem que estão a ganhar dinheiro com os combustíveis, que estão a ganhar dinheiro com a inflação. Não somos nós. São aqueles que querem aprovar a vossa reforma laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — São aqueles que querem aprovar a vossa reforma laboral!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A vossa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, acho que devemos partir aqui disto. Eu acredito que esteja a dar o seu melhor, que não é muito já agora, deixe-me dizer-lhe assim.

Vozes do PSD: — Eh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acredito que esteja a dar o seu melhor, mas deixe-me dizer-lhe isto: quando o melhor que tem é continuar a deixar as empresas à espera de apoios, as pessoas à espera de apoios,…

Vozes do PSD: — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … as pessoas a pagar mais impostos e a única coisa que faz é copiar as propostas do Chega, as mais baixinhas, então também é um Governo muito mau e muito baixinho.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dez minutos sem um tema!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Deputado continua confuso. O Sr. Deputado diz: «O seu plano é uma fraude!». Eu respondo-lhe: «O plano é esta, esta e aquela medida».

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas essas foi ele!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado diz: «Ah, mas essas medidas são minhas!».

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Portanto, a fraude é sua, é o que o Sr. Deputado quer dizer!

Risos e aplausos da AD.

Ó Sr. Deputado, é uma confusão total! O Sr. Deputado diz uma coisa e o seu contrário, com uma facilidade enorme, e é por isso que o Sr. Deputado não é credível.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E em 30 segundos!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, relativamente ao *clipping* de notícias, que é, normalmente, também, o grande estudo que o traz a estes debates — e tenho registado que todas as suas opiniões são sempre a repercussão das notícias que o senhor lê e que fotocopia para trazer —…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: não obstante as dificuldades,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… ainda assim, das mais de 8400 candidaturas que houve às linhas de crédito das empresas, já estão em operação mais de 7700. Das 35 000 candidaturas que foram apresentadas, no âmbito das recuperações das habitações, há já cerca de 7000 que foram aprovadas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, eu percebo o seu incómodo, quando vê a realidade do País em que está. Quando traz planos atrás de planos, cada um mais inútil do que o outro,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São inúteis, mas são as ideias dele! Não dá mesmo para entender!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — … cada um mais incompetente que o outro, e as pessoas continuam, na verdade, a perder cada vez mais.

Vou mostrar-lhe aquilo que acho que deveria saber, talvez, para a próxima semana. Sabe, nos Açores, o gasóleo vai aumentar 36,3 cêntimos, na próxima semana, e a gasolina 21,7 cêntimos. Hoje, soubemos que, na próxima semana, vamos ter também aumentos brutais em Portugal continental. Até agora, o gasóleo disparou 22 % e a gasolina 14 %. Esta é a realidade do País em que vivemos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer baixar o IVA dos combustíveis ou não? Diga de uma vez. Diga de uma vez! Não ande a dizer para trás e para a frente que quer, pode, o País real… Quer ou não? Quer ou não fazer? Ou vai dizer: «Ai não, temos de seguir Bruxelas».

Quer dizer, quando Bruxelas diz para fazer algumas coisas boas, não querem fazer, mas quando Bruxelas não permite baixar impostos, os senhores não querem fazer!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não! Nós temos de garantir que as pessoas pagam menos, quando vão a uma bomba de gasolina.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro ou quer fazer isso ou não quer. Não é só uma questão de estudar, é uma questão de conhecer as dificuldades do País real em que está a viver.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais, deixe-me falar-lhe sobre isto, Sr. Primeiro-Ministro: a reforma laboral. O Sr. Ministro pode reconhecer, ao dia de hoje, que fez tudo mal na reforma laboral, tudo mal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tudo! Tudo mal!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quis avançar numa negociação sozinho, quis avançar numa negociação que não era uma reforma laboral, no fundo, era ameaçar e tirar direitos a quem sustenta o País, que é quem trabalha — em vez de tirar aos que andam a viver à conta de quem trabalha quer tirar a quem trabalha —,…

Aplausos do CH.

… e a reforma que faz, agora, é sem o óbvio apoio dos sindicatos e sem o apoio de ninguém, e o senhor vem ter com o Chega e diz: «Por favor, por favor, aprovem-me a reforma laboral!».

Risos do PS e do PCP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — «Por favor, por favor!»…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ai, que o Chega é a voz dos sindicatos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. Primeiro-Ministro, nós não aprovamos reformas que tirem direitos às mães que trabalham. Nós não aprovamos reformas que tiram direitos a quem trabalha por turnos e a quem trabalha em horas extraordinárias.

Protestos de Deputados do PSD e do PS e contraprotestos de Deputados do CH.

E, sim, Sr. Primeiro-Ministro, ouça-me bem: se quer fazer isto, vai ter de baixar a idade da reforma em Portugal, porque nós sabemos que isso é mesmo uma coisa importantíssima e decisiva. É baixar a idade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao próximo orador, que é o Sr. Deputado José Luís Carneiro, como as galerias estão cheias, aproveito para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos: cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; alunos e professores da Escola Profissional Gustave Eiffel, da Amadora; alunos e professores da Escola Básica e Secundária Alto dos Moinhos, de Sintra; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Marco de Canaveses; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas; alunos e professores do Agrupamento de Escolas António Nobre, do Porto; cidadãos da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto; cidadãos da Junta de Freguesia de Cabaços e Fojo Lobal; alunos e professores da Escola Secundária de Lamego; convidados da Fundação A LORD, de Lordelo; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Caminha; e alunos da Academia Geração.

Estão nas diversas galerias, que estão cheias.

Aplausos gerais.

Agora, vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, para questões ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, compreendo bem o exercício, feito ontem e feito hoje, para quebrar o escrutínio parlamentar sobre aquilo que agora está a afetar verdadeira e rigorosamente os portugueses,…

Vozes do PSD: — Ooh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O quê?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … que é vir discutir o plano, não para autorizar a despesa até 2034. Percebo bem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O quê?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Mas eu queria dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que não deixaremos de dar o nosso contributo sobre o plano que apresentaram.

Quero, contudo, lembrar que este já é o vigésimo quinto plano apresentado pelo Governo e as taxas de execução são mesmo muito baixas, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

Sr. Primeiro-Ministro, hoje não tenho tempo para lhe ler todas as queixas dos autarcas que foram afetados com a falta de resposta, durante estes últimos três meses, mas farei chegar esse contributo, para que possam passar dos planos à ação, respondendo concretamente à vida das pessoas, das empresas e das autarquias.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Primeiro-Ministro, eu não quero é que, de forma alguma, nós deixemos de ouvir a sua voz sobre aquilo que, neste momento, mais afeta a vida de todas e de todos os portugueses.

Os portugueses, desde que iniciámos este ano, estão a pagar mais 19 € pelo cabaz alimentar. Queria lembrar que, hoje, quando os portugueses atestam a sua viatura com 50 l de combustível, estão a pagar mais 17 € por cada depósito de 50 l.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Ventura.

Queria lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro, e chamar a atenção para a vossa insensibilidade. É que, em cada depósito de 50 l, 45 € são mesmo de impostos ao Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, chamo a atenção para o facto de o cabaz alimentar estar hoje com um custo adicional de cerca de 15 €, no conjunto dos bens alimentares essenciais. Ora, quando esperávamos que o Governo fosse sensível a este problema, que afeta milhões de pessoas todos os dias, nos últimos 15 dias, o Governo decidiu aumentar 2,3 cêntimos por cada litro de gasóleo. Ou seja, enquanto se esperava que o Governo contribuísse para baixar os impostos sobre os combustíveis, o Governo está a aumentar os impostos sobre os combustíveis.

Aplausos do PS.

A pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: está, ou não, disponível para que, mesmo que transitoriamente, possamos adotar o IVA zero sobre o cabaz dos bens essenciais para a vida das famílias?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também copiou!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Estamos a falar de cerca de 45 € a mais com o custo dos bens alimentares. Está, ou não, Sr. Primeiro-Ministro, disponível para adotar temporariamente o IVA zero sobre o cabaz dos bens alimentares essenciais?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, já lá vamos às questões fiscais e às suas propostas, que são também as propostas do Chega.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Foram as vossas, quando não estavam no Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Permita-me só dizer-lhe que o Sr. Deputado quis desvalorizar o PTRR, mas creio que faz mal,…

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

… porque é um instrumento não só de recuperação, mas também de projeção de Portugal, para sermos mais competitivos e mais resilientes, no futuro. Acho que essa era uma matéria que lhe deveria interessar, sobretudo se tem perspetivas de ter alguma responsabilidade, no futuro.

Sr. Deputado, a propósito do contributo do PS, quero dizer-lhe que, do documento que nos deixou, da sua visão e do Partido Socialista, sobre o PTRR, entre 60 % a 80 % das suas próprias ideias — consoante critérios de avaliação que podem aqui ou ali ser um bocadinho mais subjetivos — estão incorporadas no PTRR. Portanto, presumo que o Partido Socialista possa saudar, pelo menos, essa inclusão.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Depois, Sr. Deputado, não estamos aqui para fugir a nenhum escrutínio. Era o que faltava! Estamos aqui para responder a todas as questões, e tenho todo o gosto em responder-lhe também às questões que colocou sobre o aumento do custo de vida, sobre os apoios do Governo, sobre a perspetiva que temos, cada um de nós.

Já tive ocasião de dizer ao Sr. Deputado André Ventura que ele é, porventura, o mais socialista dos Deputados «cheganos» e o Sr. Deputado quer ser o mais «chegano» dos Deputados socialistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

Vou dizer-lhe porquê. O Sr. Deputado André Ventura defende um IVA zero no cabaz alimentar, e o Sr. Deputado José Luís Carneiro também defende. O Sr. Deputado André Ventura defende a redução do IVA na energia, eletricidade e gás, e o Sr. Deputado também defende.

Protestos do PS.

O Sr. Deputado defende uma redução dos impostos sobre os combustíveis, e o Sr. Deputado André Ventura também defende.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É ao contrário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado José Luís Carneiro ainda não falou disso, não sei se tenciona ou não falar, mas também diz que estamos a dirigir as empresas para contraírem mais crédito, que é precisamente a posição do Chega também sobre esta matéria.

Pois eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, como também já disse à bancada anterior, que a nossa visão é um pouco distinta. Vou ser justo e considerar que temos a mesma sensibilidade perante as dificuldades que as pessoas e as empresas sentem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm nada! Qual sensibilidade?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podemos é ter visões diferentes sobre como colaborar para que elas possam ultrapassar essa situação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só sacar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que tenho a dizer-lhe sobre isso, Sr. Deputado, é que nós optámos por ter um desconto, por via fiscal, correspondente precisamente ao aumento do IVA, a partir de um limiar, que era um limiar bem abaixo daquele que justificou medidas que visavam um mesmo fim de quando o Sr. Deputado era governante.

O preço dos combustíveis ainda estava muito abaixo daquilo que estava em 2022, mas fixámos que, quando houver uma oscilação superior a 10 cêntimos face à semana de 2 de março, nós vamos devolver toda a componente de IVA associada a esse aumento.

Sr. Deputado, esta não é uma medida de somenos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado teve a falta de seriedade de considerar e dizer que, nessa oscilação — que naturalmente acompanha os movimentos de aumento e de diminuição de preço, e aquilo que é correspondente também tem de seguir essa oscilação —,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… nas semanas em que o preço diminui, em que o desconto diminui de forma proporcional, isso é um aumento de impostos.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, isso não é sério, isso não lhe fica bem, e o Sr. Deputado devia corrigir essa sua visão.

Ainda lhe vou dizer mais, Sr. Deputado: nós estamos, portanto, a contribuir para mitigar o aumento do preço nos consumidores de uma forma generalizada, das pessoas, das famílias e das empresas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está-se a sentir isso!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, fizemo-lo para aqueles que são mais vulneráveis, através do aumento da comparticipação para a aquisição da botija de gás solidária. Fizemo-lo, também, com medidas adicionais para os setores do transporte de mercadorias e de transporte de passageiros, para diminuir o impacto, precisamente, na formação dos preços.

E, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que estamos a fazer tudo isto com um nível de inflação que ronda os 2,7 %. Sabe qual era o nível de inflação correlativo em 2002, quando o Governo de que fazia parte tomou medidas mais ou menos na mesma linha daquelas que são tomadas agora?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Algumas ainda estão em vigor!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Era superior a 7 %, Sr. Deputado.

Ora, este Governo foi mais rápido e está a ser equilibrado…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sim, sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e ponderado, para não colocar em causa a nossa capacidade de, no futuro, continuarmos a gerir aquilo que não está dependente das nossas decisões.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para questões ao Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, recordo o Sr. Primeiro-Ministro de que apresentámos, neste Parlamento, um conjunto de medidas para reduzir os custos com a eletricidade, com os combustíveis, com o gás e ainda com os custos da produção alimentar e com as pescas. Quem votou contra essas medidas foi a AD (Aliança Democrática), o Chega e a Iniciativa Liberal.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, se o custo de vida hoje se faz sentir de forma especial para todas e para todos os portugueses, então, faz-se sentir de forma especial, aguda e grave para os pensionistas com pensões mais baixas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é que foi o pacote que o Chega votou contra?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Recordamo-nos todos de que, por altura da discussão do Orçamento do Estado, apresentámos uma proposta para que pudesse ocorrer um aumento extraordinário, estrutural e duradouro das pensões mais baixas, até aos 520 €, por conta do saldo da Segurança Social, que estaria acima do previsto. Na altura, recordei e aqui afirmei que o saldo da Segurança Social seria superior a 1000 milhões de euros, mas o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças, na altura, esconderam do Parlamento as contas desse saldo e das previsões do saldo da Segurança Social.

Aplausos do PS.

Com isso, o que é certo é que evitaram a aprovação dessa proposta e chumbaram a proposta para aumentar as pensões mais baixas.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, queria lembrar-lhe e apelar à sua sensibilidade de que hoje os cidadãos com pensões mínimas podem comprar, ao fim do mês, dois cabazes de bens alimentares essenciais. Cada cabaz custa 260 €, portanto, são 520 € por dois cabazes por mês.

A pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é: está ou não está disponível para cumprir a palavra que deu na altura, no momento da discussão do Orçamento, de aprovar a atribuição de um suplemento extraordinário para os idosos com as pensões mais baixas? Se estiver, contará com o apoio do PS, sem que nós deixemos de lutar para a atribuição de um suplemento que seja extraordinário, duradouro e que melhore as pensões mais baixas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, a sua pergunta é meramente retórica. Então, o Sr. Deputado pergunta-me a mim se eu estou disponível para aprovar uma ideia que é minha?!

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não! Para cumprir a proposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, obviamente, com certeza. O pagamento de suplementos extraordinários foi a decisão que tomámos em 2024, que tomámos em 2025, que está inscrita no Orçamento do Estado e que tomaremos em 2026, se, a meio do ano, tivermos finanças públicas que nos permitam tomar tal decisão.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, esse é um compromisso meu. Faça favor, não fique com ele! O seu compromisso era diferente.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Era diferente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O seu compromisso era: «Nós defendemos aproveitar o saldo da Segurança Social deste ano, para comprometer o pagamento de pensões para 20, 30, 40 ou 50 anos de forma permanente.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E a inflação vai descer, é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ao que nós respondemos: «Sr. Deputado, é cedo, nós também queremos lá chegar, mas é cedo. Vamos primeiro colocar o País no trilho certo, a crescer com mais robustez e a ganhar, do ponto de vista económico, o fôlego para poder tomar uma decisão desse calibre.»

Protestos do PS e do Deputado do L Rui Tavares.

Sr. Deputado, acho que as coisas não se alteraram. Agora, o Sr. Deputado, eu sei, tem muita dificuldade em conviver com o seguinte: foi com este Governo que o complemento solidário para idosos, que é precisamente a ajuda direcionada àqueles que têm as pensões mais baixas, aumentou três vezes e vai continuar a aumentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Foi com este Governo que eliminámos uma das barreiras para aceder a essa prestação, que era o rendimento dos filhos ser tido em consideração para atribuir essa prestação. Fomos nós que acabámos com isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi com este Governo que aumentámos para 100 % a comparticipação dos medicamentos prescritos precisamente para estes idosos, e foi com este Governo que já pagámos dois suplementos extraordinários e, se houver condições, pagaremos também este ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, se houver condições!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, a nossa política é muito clara, acho que os portugueses a compreendem. É uma política de sensibilidade, de responsabilidade, de prudência, a olhar para o futuro e a cuidar do futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, para questões ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, sobre a proposta de sustentabilidade da Segurança Social, quero lembrar o Sr. Primeiro-Ministro de que sempre afirmámos que era por transferência do Orçamento do Estado.

O saldo da Segurança Social foi na ordem dos 7000 milhões de euros e o Governo apenas transferiu para a Segurança Social 5000 milhões, o que significa que, de 2000 milhões, 1000 milhões foram para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e os outros 1000 milhões foram para pagar despesa do Estado. É por essas transferências que nós queremos a melhoria estrutural das pensões mais baixas.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, queria, já agora, falar-lhe de outro tema. A propósito de palavra dada e de palavra honrada, queria chamar-lhe a atenção para aquilo que o senhor disse sobre a saúde.

Em 2025, houve um aumento de 13,9 % das listas de espera para consultas, um aumento de 3,4 % das listas de espera para cirurgia, um aumento de 4,7 % das listas de espera para cirurgia oncológica, precisamente aquelas que o Sr. Primeiro-Ministro, perante este Parlamento, disse que ia passar a listas zero.

Hoje, temos 1 milhão e meio de pessoas sem médico de família, 1 milhão de pessoas sem consultas, 300 000 pessoas sem cirurgia. Este ano, nos dois primeiros meses de 2026, houve menos 280 000 consultas nos cuidados primários e menos 40 000 consultas no primeiro mês de 2026.

Sr. Primeiro-Ministro, já que falou em honrar a palavra e falar verdade, peço-lhe que olhe com atenção para o que lhe mostro e veja se se recorda.

O orador exibiu uma notícia de jornal.

«Montenegro promete plano de emergência para acabar com listas de espera.»

O orador exibiu outra notícia de jornal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que é gastar *toner*!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — «Montenegro promete pôr "contador a zero" nas listas de espera de doenças oncológicas.»

O orador exibiu outra notícia de jornal.

«AD promete atribuição de médico de família a todos os portugueses até 2025.»

O Sr. **André Ventura** (CH): — Parece o PS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso foi o Costa, não foi este Governo!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Andas a gastar *toner* para quê?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Dá-se o caso de, há duas semanas, o Diretor Executivo do SNS (Serviço Nacional de Saúde), que está sob a sua responsabilidade política, dizer aqui, no Parlamento, que o Governo não conseguirá dar médicos de família a todos até 2027, tendo, a seguir, acrescentado que eliminar listas de espera e dar médicos de família a todos não é possível.

Aplausos do PS.

As perguntas são muito diretas e simples. O Sr. Primeiro-Ministro está em condições de, perante este Parlamento, reconhecer que errou e que não devia ter assumido os compromissos que assumiu para colocar em causa os Governos do PS, ou o Sr. Primeiro-Ministro considera que está certo o Diretor Executivo? Se está certo o Diretor Executivo, significa que um subordinado político do Primeiro-Ministro e da Ministra da Saúde…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Subordinado?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … desconsiderou e desmentiu o Primeiro-Ministro? E o que é que vai fazer em relação ao Diretor Executivo do SNS?

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Parecia uma mensagem encriptada, ninguém percebeu nada!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, nós teremos oportunidade de aprofundar a confusão que também reina no Partido Socialista a propósito da Segurança Social e das transferências do Orçamento para a Segurança Social.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Orçamento do Estado transfere cerca de 12 000 milhões de euros para a Segurança Social e transferiu também 5000 milhões para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. O Sr. Deputado confunde os dois planos e eu ainda não percebi muito bem qual é a sua intenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem ele!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma coisa que nós não faremos, Sr. Deputado: onerar de forma permanente a sustentabilidade da Segurança Social apenas para fazer um número político, que é aquilo que o Sr. Deputado tem insistentemente preconizado.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, sobre a questão da saúde, deixe-me dizer-lhe o seguinte: é um facto que, em janeiro de 2026, face a janeiro de 2025, houve uma diminuição do número de consultas, do número de cirurgias no Serviço Nacional de Saúde. Não há como ignorá-lo, isso são dados públicos, que, de resto, estão no *Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde*. Isso tem a ver com o aumento exponencial significativo da atividade assistencial em janeiro, a propósito dos picos de gripe, que naturalmente tiveram aqui algum efeito na alocação de recursos para as atividades programadas.

O Sr. Deputado não pode ignorar que, de 2024 para 2025, ano considerado — e estou convencido de que, de 2025 para 2026, logo veremos no final do ano, como, de resto, incomparavelmente de 2022 e 2023 para 2024 e 2025 —, aumentou o número de consultas, aumentou o número de cirurgias e diminuíram os tempos de espera.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é o que nós dizíamos, pá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pois, é verdade, Sr. Deputado. Os Srs. Deputados ainda têm o peso na consciência dos tempos em que tiveram a responsabilidade e em que deixaram o Serviço Nacional de Saúde como deixaram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Deputado do PS José Luís Carneiro voltou a mostrar uma notícia de jornal.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro também quer mostrar recortes de jornais. Também aí estão cada vez mais parecidos. Sr. Deputado, divirtam-se com o *clipping*. Nós vamos concentrar-nos nas decisões e nas ações a favor das pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estamos de acordo, quando afirmamos todos que o País precisa de ter maior produtividade para pagar melhores salários, fixar as mais jovens e mais qualificadas gerações no nosso País e garantir trabalho digno para as trabalhadoras e os trabalhadores portugueses.

É por isso que — vou citar —, para aumentar a competitividade da economia portuguesa, temos necessidade de, cito, «reforçar o combate à precariedade laboral abusiva, promover a redução da precariedade», promover a contratação coletiva dos trabalhadores e, para além disso, apostar na dignificação das condições laborais. Não há forma de promover a competitividade sem garantir trabalho digno e estável.

Estas palavras podem ser subscritas pelo Partido Socialista, mas não foi o PS que as afirmou; foi precisamente o seu Ministro da Educação, reputado economista da Universidade do Minho, no relatório para o Conselho Económico e Social relativo à produtividade, aos rendimentos e à competitividade da economia portuguesa.

A pergunta é muito clara e muito simples, Sr. Primeiro-Ministro: está ou não disponível para deixar cair um pacote laboral que não agrada aos trabalhadores, às empresas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Peço a distribuição de um documento que prova que, no primeiro apoio dos Governos do Partido Socialista, o gasóleo simples estava a 1,50 € e que, no primeiro apoio deste Governo, o gasóleo simples estava a 1,63 €.

O Sr. Primeiro-Ministro enganou-se, seguramente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Faça-nos chegar o documento, Sr. Deputado.

Agora, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estive a ler!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O que acontece é que Luís Montenegro na oposição é diferente de Luís Montenegro no Governo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, já terminou o tempo do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deixa falar os outros!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, tem a palavra.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, o debate é entre o Primeiro-Ministro e os Deputados escolhidos por cada grupo parlamentar.

Sr.ª Deputada Mariana Leitão, tem a palavra.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, já vi que os ânimos estão animados.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, vou voltar a falar do PTRR. Nestes dois anos que o Sr. Primeiro-Ministro leva à frente deste Governo, a verdade é que vimos muitos planos e muito pouca execução. O que se passa é que, cada vez que o Estado falha, faz um plano; cada vez que esse plano falha, faz-se outro plano; e, quando esse falha, faz-se um plano para coordenar os planos anteriores. Isto é, no fundo, uma verdadeira matriosca de planos.

Para gerir esta matriosca de planos que anunciou ontem, o Governo decidiu criar uma agência que junta estruturas que já existiam, com um chapéu novo por cima.

Importa saber o que é que essas estruturas fizeram até aqui, nomeadamente na gestão do PRR: reprogramaram, falharam prazos, deixaram projetos de fora e correm o risco de perder 500 milhões de euros em financiamento europeu. Este é o currículo da suposta equipa que vai gerir 22 mil milhões de euros durante os próximos anos.

Sr. Primeiro-Ministro, algumas perguntas muito concretas: o que muda concretamente nesta agência? Quem vai gerir esta agência e por que razão não conseguem ser os ministérios a gerir estes fundos? E, se não conseguiram executar o PRR em condições, porque é que vamos acreditar que vão conseguir fazê-lo com o PTRR?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, eu podia eximir-me a responder-lhe, enfim, de forma total, visto que a execução de alguns fundos, nomeadamente do PRR, não é exclusiva dos Governos que liderei, mas não vou fazê-lo, porque creio que é injusta a crítica que a Sr.ª Deputada aqui deixou.

Uma coisa é, como acontece connosco, não concordarmos com alguns dos eixos do PRR, algumas das prioridades que foram lá atrás atribuídas e que, neste momento, estão em execução, fruto das decisões que foram tomadas; outra coisa é podermos concluir que falharam prazos, que falharam execuções.

Sr.ª Deputada, não contamos perder um cêntimo, repito, não contamos perder um cêntimo das disponibilidades do PRR, nomeadamente das subvenções, mas, se possível, também do montante dos empréstimos, embora aí não seja tão grave, porque acedemos a crédito equivalente com a maior das facilidades.

Agora, deixe-me dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que estes planos — e este PTRR também tem esse espírito — têm mesmo de ter uma avaliação, uma monitorização, que umas vezes vai implicar a sua reprogramação. Não há como dizer de outra maneira. Sr.ª Deputada, isto não são planos fechados, que são fixados *a priori*, antes de começarem a ser implementados, e que depois não têm, no decurso dos seus trabalhos, das suas metas, problemas de execução, que têm a ver, por exemplo, com procedimentos.

Olhe, um deles, no âmbito do PRR, talvez o maior de todos, tem a ver com os procedimentos da contratação pública, com todos os processos de contratação que ficaram suspensos, em virtude da litigância entre os concorrentes, que estiveram na base de muitos dos concursos que foram lançados.

Essa é uma das razões pelas quais, na reforma do Estado, há uma prioridade máxima — e contamos muito também com a visão da Iniciativa Liberal — para podermos ter procedimentos mais expeditos, que não atrasem, que sejam simultaneamente mais simples e mais eficientes.

Nós vamos continuar a ter de reprogramar, face à evolução das circunstâncias e face às vicissitudes dos próprios procedimentos. Isso não é um problema, nem é um defeito em si mesmo, Sr.ª Deputada. Muitas vezes, pode até ser uma virtude. Importante é que as opções estratégicas não deixem de ser materializadas. Importante é que os grandes investimentos que estão projetados possam ser uma realidade. É isso que estamos a fazer com o PRR e é isso que também vamos fazer com este PTRR.

Esta agência, como a Sr.ª Deputada lembrou, e bem, vai — não já, talvez, no início, mas com o decurso do tempo — ser robustecida com vários dos recursos humanos que estão hoje, precisamente, alocados ao PRR e que, com a sua finalização em termos de trabalho, vão ficar livres para poderem, precisamente, apoiar aquela que será a direção desta agência, na tutela direta do Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial. O objetivo é que sejamos eficientes, que possamos cumprir os prazos, quer de apresentação dos projetos quer depois da sua execução.

Sr.ª Deputada, é possível fazer, às vezes, as coisas mais depressa? É, é possível. Nós recuperámos muito daquele que era o atraso do PRR e mostrámos como é que era possível ter procedimentos mais expeditos, com algumas medidas que foram excecionais e que, como até tenho dito e vou aqui repetir, foram até experimentais, para podermos ter uma Administração Pública mais eficiente. É isso que vamos continuar a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para colocar questões.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, apresentou ontem um plano, pela segunda vez, que já está a dizer que provavelmente não vai conseguir cumprir. Mais: não respondeu à pergunta — além de falar em eficiência, e vamos ver se, de facto, isso é assim — de saber porque é que os ministérios não conseguem gerir os planos e os fundos que lhes estão associados.

Vou dar aqui um exemplo muito concreto daquilo que evidencia os planos em cima dos planos que falharam: o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal). É o exemplo perfeito de planos em cima de planos para corrigir os planos falhados: 720 milhões de euros gastos desde 2006; falhou nos incêndios de junho de 2017; voltou a falhar nos incêndios de outubro; foi reformulado e voltou a falhar no apagão de abril do ano passado.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O grupo de trabalho…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O Governo criou uma equipa, um grupo de trabalho, e ia dar respostas em 90 dias, depois de fazer avaliações. Passaram-se 12 meses e, resultados, nem vê-los!

Entretanto, falhou nas tempestades de janeiro deste ano, e o PTRR vai atirar mais 29 milhões para um SIRESP que não funciona e não dá resposta.

Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, perguntas muito concretas: o que é que aconteceu a esta equipa técnica? Onde é que estão os resultados que deviam ter sido apresentados em 90 dias? E como é que estes 29 milhões vão resolver de vez os problemas do SIRESP?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, o grupo de trabalho fez a sua avaliação, que está neste momento a ser ponderada pelo Governo, com uma equipa multiministerial, liderada pelo Sr. Ministro da Administração Interna, que em breve, muito em breve mesmo, dará conta ao País dos seus resultados e da sua implementação.

O objetivo é muito claro: é, de facto, deixarmos de falar do SIRESP e passarmos a usufruir do SIRESP.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais uma proposta do Chega!

O Sr. **Presidente**: — Para colocar questões, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o seu objetivo foi conseguido: fez a manchete e disse que vai distribuir mais de 22 mil milhões de euros. Só que quase 5 mil milhões de euros desse total dependem de privados e concessões, sem contratos assinados, sem compromissos formais — uma mera projeção.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Por isso, pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: qual é o valor efetivamente garantido hoje?

O Governo anunciou também um fundo de catástrofes naturais e sísmicas como medida emblemática, com 20 milhões de euros não para capitalizar o fundo, mas para estudar a sua criação. Sr. Primeiro-Ministro, 20 milhões de euros para estudar? Isto é mesmo assim? É real?

E vem o mais revelador: o Governo apresentou 96 medidas, mas o detalhe delas só será conhecido «ao longo de 2026». Chegámos ao absurdo de ter um plano apresentado sem plano.

Risos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

No fundo, o Governo usou uma catástrofe para empacotar a sua agenda de Governo completa, que vai desde a construção de universidades e parques tecnológicos à reconstrução de casas, num único documento, e chamou-lhe «resiliência». Sr. Primeiro-Ministro, qual é o critério que define o que entra no PTRR?

Sr. Primeiro-Ministro, as pessoas das regiões afetadas não precisavam, de facto, de uma cerimónia em Lisboa. Precisam de saber quando recebem os apoios prometidos, dentro dos prazos estipulados pelo próprio Governo. Os portugueses querem garantias de que o Estado não falha nas áreas essenciais e quando mais precisam.

O PTRR tem um conjunto de planos que já foram inúmeras vezes anunciados. Há alguns, até, que já vieram de Governos do Partido Socialista. Que garantia é que pode dar aos portugueses de que vão passar do papel à ação? E quando os prazos não forem cumpridos, quem é que será responsabilizado?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a garantia que posso dar é a garantia de toda a equipa governamental estar empenhada…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… em executar e cumprir os prazos, os programas e os objetivos, e, depois, ser julgada por isso. É a lei da democracia. Não estou a ver outra, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade o que a Sr.ª Deputada diz: há aqui algumas coisas que já foram anunciadas, projetadas, há vários anos, mas que não estão feitas. É por não estarem feitas que têm de estar neste plano, porque, precisamente, precisam de ver a luz do dia.

A Sr.ª Deputada apresenta aqui uma visão, não vou dizer tão confusa como as anteriores, mas um bocadinho contraditória, porque, a dado passo, diz «isto é tudo plano, isto é tudo umas ideias» e, depois, é capaz de citar pelo menos sete ou oito delas. A Sr.ª Deputada compreendeu bem o nosso objetivo e até fez questões muito concretas sobre algumas. Já perguntou sobre o SIRESP, agora perguntou sobre as concessões, sobre a participação dos privados.

Pois, com certeza que nós temos uma estimativa. Não posso dizer-lhe agora exatamente quanto é que vai custar um investimento que vai ser lançado a concurso. Para isso, tenho de esperar, Sr.ª Deputada, não há outra forma. Agora, posso antecipar, posso fazer um exercício de previsão e de antecipação — é isso que estamos a fazer.

Estamos, por exemplo, a destinar 4 mil milhões de euros para o reforço da rede elétrica em Portugal,…

Protestos de Deputados da IL.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Isso não é o Governo que faz!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … para podermos ter maior capacidade.

Depois, com o evoluir da execução do plano, projeto a projeto, a Sr.ª Deputada terá acesso a quanto é que custa cada um deles. Eu não sou capaz agora — nem eu, nem ninguém! — de antecipar quanto é que um

processo de concessão vai custar. Eu nem sei quem vai ser, ou quem vão ser as empresas candidatas, Sr.ª Deputada! Nós, isso, teremos de aguardar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, tem a palavra, para continuar a colocar questões.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há uma pergunta a que ainda não me respondeu. Aliás, a várias questões.

O plano em cima do plano em cima do plano — é óbvio que, com alguns destes planos, nós podemos concordar. Agora, o detalhe, onde é que está? Quando é que isto vai ser feito? Qual é o prazo? Quem é que vai fazer?

Há aqui um conjunto de…

O Primeiro-Ministro exibiu um documento intitulado Portugal + Preparado – Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência*.*

Sim, nós também lemos isso tudo. Obrigada, Sr. Primeiro-Ministro. Mas tem muito pouco detalhe.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A médio prazo!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Depois, continua sem responder a uma coisa: qual é o critério? Qual foi o critério para colocar as coisas dentro do PTRR? Uma construção de uma universidade é um plano de resiliência? A construção de um parque tecnológico é um plano de resiliência? A reconstrução de casas, percebo. O reforço do SIRESP, percebo. Agora, qual foi o critério para juntar isto tudo?

Aplausos da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma mixórdia de temáticas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, só para não deixar de responder, já agora, a uma pergunta concreta: os 20 milhões de euros que estão previstos são para montar todo o fundo de calamidades e catástrofes. Não sei se vamos gastar 10 ou 21 milhões. Apontámos para 20 milhões.

Agora, deixe-me dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que a universidade de Leiria será seguramente um fator de coesão, de resistência, de resiliência, de capacidade de alavancar a economia daquela região e também do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é só dar música!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para fazer perguntas.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não tem mais tempo para responder, mas a universidade de Leiria, que eu saiba, não é uma novidade, portanto, já era algo que estava previsto.

Outra questão que vou aproveitar para deixar prende-se com o seguinte: considerando que tanto o Chega como o Partido Socialista quiseram levantar temas relacionados com aumentar as pensões e reduzir a idade da reforma, eu gostava de lembrar uma coisa muito importante, que é a sustentabilidade da segurança social.

Normalmente, vêm aqui, atiram umas propostas para o ar e ninguém quer saber da sustentabilidade da segurança social e do que vai acontecer no futuro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quem tem 35 anos hoje, se se reformar aos 70, a sua primeira pensão será 40 % do seu último salário. É esta a irresponsabilidade com que os senhores tratam este assunto.

Protestos do CH.

Nós também queríamos baixar a idade da reforma, também queríamos aumentar pensões,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Era muito bom!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A IL está a copiar o Chega!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … mas é preciso resolver o problema da sustentabilidade da segurança social. Concordem com as propostas da IL para a sua capitalização! Cheguem-se à frente!

Aplausos da IL.

Protestos do CH e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o debate é com o Sr. Primeiro-Ministro.
Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas, Caros concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor demorou três meses a perceber que tinha de fazer uma omelete.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O historiador passou a chefe de cozinha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ontem apresentou uma receita de uma omelete, sobre a qual disse: para 10 pessoas, estamos dispostos a dar 2 ovos, mais os 3 que seriam para os municípios e que vamos redirecionar para ali, e o resto é a Europa que dá ou os privados.
Mas uma receita não é aquilo que é preciso chegar às pessoas. E o que é mais extraordinário é que apresenta uma…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper.
Srs. Deputados, está aí um minicomício!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a IL!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais de três é uma manifestação!

O Sr. **Presidente**: — Há Srs. Deputados que estão a sair e, aos que estão a falar, peço que reduzam as conversas.
Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Como estava a dizer, o que é extraordinário é que apresenta o que seria uma alternativa a isto como «dar tudo a toda a gente».

Na verdade, do plano, 7000 milhões é que vêm do Orçamento do Estado, uma parte era o que seria das autarquias, no entanto, apresenta 22 000 milhões de euros, para ser mais ou menos comparável com o PRR, no dobro do tempo do PRR, e ainda nos diz que uma parte disto é o que há de vir.

Ora bem, o impacto ano por ano é menor do que aquilo que tivemos de choque do próprio comboio de tempestades.

Portanto, as primeiras perguntas são: qual é o choque macroeconómico do comboio de tempestades? Como é que aplicar, no primeiro ano, menos do que aquilo que foi esse choque macroeconómico não é mais do que dizer «a omelete já lá vem, por agora toma um analgésico»?

Em qualquer medida, na lista de muitas medidas que temos ali, há sempre qualquer coisa com que concordamos. Há exatamente um ano, eu disse ao Sr. Ministro Miguel Pinto Luz que era importante ter um sistema de comunicação por sinais via rádio, e ele disse: «Só por azar é que não tivemos isso no apagão.» Houve apagão, houve comboio de tempestades e, agora, dizem que vão fazer, que vão ter também medidas para o risco sísmico, mas chumbaram as medidas do Livre de criação de um índice de risco sísmico, que era a maneira de saber como fazer e com o que estamos a lidar.

Três dias depois do comboio de tempestades, o Livre disse que seria preciso criar uma agência, porque uma unidade de missão não iria gerir milhares de milhões de euros, e reiterei-o, aqui, no debate que tive consigo e na reunião que tivemos juntos. Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro apresentou-a, mas não diz qual é que vai ser a governação dessa agência, nem quem é que vai nomear, com perfil para a dirigir. Tem de ser alguém de independência política muito clara e alguém que tenha um peso político que nos permita dizer que, se bater com a porta, isso será um custo político enorme para o Governo, pois, sem essa independência, não terá qualquer credibilidade.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estas são as primeiras perguntas em relação a um plano que, já agora, conta, da parte do investimento, com o investimento que vem — e isto ainda não foi mencionado até agora — da Global Parques, que é parte da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), e da Águas de Portugal, que são empresas de capitais apenas públicos, mas sociedades anónimas, que têm a obrigação de dar retorno, não podem fazer investimento a fundo perdido.

Quais é que são os lucros estimados que estão neste plano? É que ele tem de dar retorno. Como é que eles serão empregues? Num plano deste tipo, certamente, há muito investimento que pode ser lucrativo. Esse lucro vai ser reinvestido, como? E como é que nós, Parlamento, vamos controlar isso tudo e ter uma palavra a dizer?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, começando pelo choque económico e social, evidentemente que as medidas de curto prazo, as medidas de recuperação, são eminentemente de apoio, de ajuda à reposição da situação, mas também com uma visão de transformação e com uma visão de criação de mais resiliência.

Sr. Deputado, nós fazemo-lo através deste plano, mas fazemo-lo também através de todas as decisões do Governo, até porque a repercussão económica daquilo que aconteceu na decorrência das catástrofes, que têm a ver com o comboio de tempestades, não é exclusiva da região mais afetada. Nela, seguramente, há um impacto muito significativo, porque, em muitos desses equipamentos empresariais, foi a própria atividade produtiva que ficou colocada em causa, mas há setores de atividade que foram atingidos por via indireta, mesmo que localizados fora dessas regiões.

Nós estamos, naturalmente, atentos, e é por isso que muitas das medidas que temos preconizado para a área empresarial são aplicáveis também para empresas que se localizam fora desta área.

Depois, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, relativamente a muitas das medidas, que elas também integram várias das preocupações que o Livre nos transmitiu, aquando da reunião que tivemos, e o Sr. Deputado fará a justiça

de reconhecer que muitas delas estão aqui — não direi exatamente *ipsis verbis*, como nos foram apresentadas, mas no seu espírito e no seu escopo essenciais.

Há uma coisa que é preciso, talvez, recordar: nós não quisemos deixar de realçar a comparticipação que o setor privado pode dar à execução deste plano, mas a principal fonte de financiamento é pública, não haja disso nenhuma dúvida. Nós temos 8395 milhões de euros diretamente da responsabilidade das administrações públicas, 6196 milhões de euros do Orçamento do Estado e o restante praticamente dos orçamentos municipais, a que se juntam mais 2407 milhões de euros entre a AICEP e a Águas de Portugal. Estamos a falar, portanto, de 10 804 milhões de euros. A este valor, podemos e devemos acrescentar 4209 milhões de euros de fundos europeus, relativamente aos quais temos uma certa tendência, em Portugal, para achar que não é dinheiro nosso, achar que é dinheiro dado, mas não é! É financiamento que também sai dos nossos cofres!

Temos, neste momento, uma comparticipação para a União Europeia que anda à volta de 2500 milhões de euros por ano, Srs. Deputados. Os Srs. Deputados comparem aquilo que é a nossa contribuição com aquilo que, efetivamente, recebemos sem fatores excecionais, e o PRR, nesse domínio, é um fator excecional, até porque está ligado a um endividamento que é comum da União Europeia e é um programa acessível a todos os Estados-Membros da União Europeia.

Portanto, Sr. Deputado, se juntarmos as administrações públicas que integram este plano de financiamento e se juntarmos também os fundos europeus, estamos a falar de 10 804 milhões de euros, mais 4209 milhões de euros, ou seja, estamos a falar de mais de 15 200 milhões de euros num plano de 22 600 milhões de euros.

Digo isto só para que não se crie a ideia de que o Governo agora apresentou um plano como se ele não tivesse de ser financiado também por recursos públicos e recursos que impactam as escolhas dos Governos. É verdade! Não estamos aqui para esconder nada, muito menos do Parlamento. Acho muito bem que o Parlamento possa escrutinar isso, até porque alguns efeitos, mesmo os financeiros, vão prolongar-se para além desta legislatura, pois este plano é até 2034, ou seja, integra esta legislatura, integra a próxima legislatura e ainda integra um ano da legislatura seguinte.

Portanto, quando o Sr. Deputado pergunta que papel é que terá o Parlamento, da nossa parte, quero dizer-lhe que terá todo o papel que quiser desempenhar de acompanhamento, de monitorização e de contribuição para a execução deste plano.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para continuar as suas perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, com todo o respeito, está a juntar coisas que não têm a mesma lógica.

É verdade que o Estado tem cerca de 8,4 mil milhões de euros e diz que os privados têm menos — 7,6 mil milhões —, mas aqui, aos privados, é que deve juntar a lógica da Águas de Portugal e da AICEP, que têm a obrigação de dar lucro e, portanto, vão ter aqui oportunidades de negócio que o Sr. Primeiro-Ministro não esclareceu. Aí, são 10 000 milhões de atores de mercado que têm uma lógica de mercado privado, que não têm uma lógica de fundo perdido.

Cada um tem a sua função, mas é preciso que ela seja bem explicada e não pode ser aqui confundida.

Eu acredito, Sr. Primeiro-Ministro, quando vir alguém com credibilidade e peso político abraçar uma missão patriótica de dirigir uma agência destas — alguém que seja capaz de lhe dizer que não e causar um grande dano se lhe disser que não.

O Parlamento deve estar envolvido na definição do perfil de quem for dirigir esta agência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem é que quer?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para já, dou-lhe dois exemplos de duas famílias políticas…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Deputado Hugo Soares, até alguém do seu partido, esteja já à vontade!

Se quer ir buscar fundos europeus, talvez não tenha ninguém melhor do que a ex-Comissária Elisa Ferreira; se quiser ir buscar alguém que sabe levar ajuda até ao terreno e denunciar quando ela não chega, pode ir buscar o Dr. Jorge Moreira da Silva. Porque não?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está tudo resolvido!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aqui está uma boa sugestão. O Sr. Primeiro-Ministro pode responder.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, obviamente, não vou discutir consigo pessoas concretas. Se o perfil é, e bem, o perfil de capacidade técnica e política, esses dois nomes que nomeou preenchem esses critérios, mas não são os únicos, portanto, seguramente, o Sr. Deputado não ficará, creio eu, prejudicado na sua análise e desiludido com a decisão que viermos a tomar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pode juntar o Rui Tavares!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me só dizer-lhe, Sr. Deputado, que, na nossa conceção, a Águas de Portugal e a AICEP — e isto não deixa de ser curioso — não visam o lucro; visam a rentabilidade para proporcionar mais investimento, mais capacidade de serviço, mais bem-estar às populações.

Não deixa de ser curioso que o Livre tenha uma visão estritamente lucrativa dessa operação. Nós queremos que a operação seja rentável, para ter mais investimento e mais…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem de nomear o Rui Tavares para lá!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para concluir as suas perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o que temos é uma visão daquilo a que a lei obriga, e a lei obriga a que o Governo não possa forçar estas empresas a fazer investimentos a fundo perdido. Estou certo ou estou errado?

O que me parece é que o Governo se está a esquecer de algumas das suas obrigações legais, e vou a outra: como é que o Governo insiste num pacote laboral, quando está a um mês de ter de apresentar uma transposição para Portugal da Diretiva da Transparência Salarial, a Diretiva (UE) 2023/970, que obriga ao reporte no que tem a ver com os salários de homens e de mulheres e que obriga à fiscalização no que tem a ver com o salário dos precários ou com as empresas que são de base tecnológica.

O que eu acho extraordinário é que o Sr. Primeiro-Ministro não tenha a Sr.ª Ministra do Trabalho a fazer este trabalho, que tem um mês para entregar. Sr. Primeiro-Ministro, desista do pacote laboral e transponha para Portugal a Diretiva da Transparência Salarial.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, três meses depois das tempestades, milhares de pessoas e empresas ainda esperam por comunicações e ainda esperam por respostas das seguradoras.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Também está de acordo com o Chega!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Milhares de pessoas apresentaram candidaturas, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui reconheceu, para recuperar as suas casas, e ainda esperam e anseiam pela validade desses processos.

As pessoas esperam e desesperam, e o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, com todo o respeito, acaba por, diria, dar uma resposta de propaganda e de recauchutados anúncios, como fez ainda ontem, como vimos bem.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Eu queria ainda sublinhar uma questão que o Sr. Primeiro-Ministro frisou: a justa preocupação, e acompanho-o nessa preocupação, de ter reservas do ponto de vista de medicamentos, de alimentos, desse conjunto de questões. Acompanho essa preocupação, mas ela é contraditória, Sr. Primeiro-Ministro, com a privatização da Silopor, que tanta falta nos faria, e faz agora, também para as reservas dos cereais e para a reserva alimentar.

Sr. Primeiro-Ministro, o pacote laboral do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal e do Chega,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega acabou de dizer que não queria o pacote laboral!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … que aqui, agora, na sua intervenção, confirmou o apoio ao pacote laboral, em troca de promessas que o Sr. Primeiro-Ministro possa fazer,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acabámos de dizer que não queríamos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … não serve os trabalhadores, não serve o País, e não os serve em nenhuma circunstância, muito menos nesta em que estamos agora a viver.

Ora, quando estamos a enfrentar um brutal aumento do custo de vida, resultante da guerra que todos vocês apoiam,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… aquilo que é preciso não é aumentar a pressão sobre os salários e sobre os direitos; o que é preciso é fixar preços, regular preços.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Outra vez, fixar preços?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, permita-me dar-lhe uma novidade: o Sr. Primeiro-Ministro disse que estava a acompanhar a situação do preço dos alimentos e, quando fosse necessário, iria agir. Ora, deixe-me dar-lhe uma novidade: se agisse ontem, já agia tarde, face ao aumento brutal do custo dos alimentos.

Aquilo que é preciso é fixar preços, regular preços…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Fixar preços?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e aumentar salários e pensões para responder à atual situação.

Pois, qual é a receita do seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro? A receita é aquela que já ouvimos noutras circunstâncias: o povo aguenta, aguenta, as Galp deste País vão-se enchendo com lucros nunca vistos, e a receita que tem é um pacote laboral para fazer andar ainda mais para trás a vida daqueles que trabalham.

Sr. Primeiro-Ministro, a vida está mal, há muita gente a passar mal, e só não está pior, porque essa gente trabalha muito. São milhares com duplo emprego, são milhares a recorrer aos biscates, são milhares, milhares e milhares os que trabalham em trabalho extraordinário, à custa do seu tempo, à custa do seu esforço físico e mental, para tentar minimizar o impacto dos baixos salários.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: acha que, neste quadro, nesta situação, é justo? O Sr. Primeiro-Ministro, com o seu pacote laboral e os Srs. Deputados todos que o apoiam, pedirem aos trabalhadores que troquem trabalho extraordinário, pago de forma extraordinária, à custa do seu esforço, por trabalho não pago?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É só isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, deixe-me dizer-lhe que nós temos uma conceção de valorização do trabalho, não tenha dúvidas sobre isso.

É, aliás, sob o princípio de que vale a pena trabalhar, de que vale a pena produzir, e de que vale a pena atingir a cada mês, a cada dia, um resultado melhor do que aquilo que se obteve na véspera ou no mês anterior, que começámos, foi a primeira medida deste Governo, por baixar os impostos sobre o rendimento do trabalho,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… por conceder às empresas e aos seus trabalhadores que possam ter um regime de premiar o mérito e o resultado com a isenção de contribuições e impostos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … até ao montante aproximado de um vencimento mensal. É precisamente para deixarmos uma mensagem muito clara às pessoas: vale a pena trabalhar, vale a pena produzir mais e o resultado desse esforço é um resultado que é retribuído, também, através dos salários.

E é por isso, Sr. Deputado, que podemos dizer que os rendimentos em Portugal têm vindo a aumentar, não obstante a concreta situação em que nos encontramos, fruto, primeiro, do comboio de tempestades e agora da instabilidade internacional. Os rendimentos em Portugal subiram em 2024, subiram em 2025, subiram mais do que nos países da União Europeia e até da OCDE. E subiram precisamente sob este lema e sob este desiderato: temos de trabalhar com maiores níveis de produtividade para sermos mais atrativos, para sermos mais capazes de motivar o investimento e, no fim, podemos pagar melhores salários.

Nós só conseguimos pagar melhores salários se formos mais produtivos. É por isso que também apresentámos o conjunto de alterações à lei do trabalho. A lei do trabalho que queremos é uma lei moderna, é uma lei dinâmica, é uma lei que confere aos trabalhadores mais valorização do seu trabalho e às empresas mais potencial para poderem ter rentabilidade, que lhes confiram os instrumentos para poderem inovar, para poderem investir, para poderem investigar, para poderem comprar mais equipamentos, para poderem comprar a melhores preços mais matérias-primas e as possam transformar, criando mais valor.

Sr. Deputado, o objetivo é esse, não queremos que os trabalhadores tenham de trabalhar mais e ganhar menos, pelo contrário, queremos que os trabalhadores possam ter instrumentos…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quais?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que lhes possam garantir ter mais altos salários. E é isso que nós queremos fazer quando falamos de um banco de horas por acordo; é isso, Sr. Deputado, quando falamos do *outsourcing*, da especialização em alguns serviços, mas também é isso de que falamos quando queremos agilizar o modelo do teletrabalho, conferindo às pessoas a conciliação entre os dias em que estão em teletrabalho com os dias

em que estão em trabalho efetivo nas empresas, ou com os processos de revisão mais simples, mais rápida da contratação coletiva.

Sr. Deputado, são esses princípios que estão no nosso pacote laboral e é por isso que, em 138 alterações, já conseguimos consensualizar 132, com todos os parceiros sociais que estiveram disponíveis para esse esforço de concertação.

Sr. Deputado, nós vamos continuar a pugnar por estas alterações para valorizar o trabalho e para valorizar a competitividade das empresas, para podermos pagar melhores salários.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, confirma então que quer mesmo que os trabalhadores troquem trabalho extraordinário pago, por trabalho não pago? É isso que confirmou agora com a sua intervenção toda, toda.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quer valorizar o trabalho, Sr. Primeiro-Ministro? Mas valorizar o trabalho e os trabalhadores é com mais precariedade? É ainda com mais desregulação dos horários de trabalho? É com despedimentos sem justa causa? É aqui que se valoriza o trabalho ou é respeitando, dando salários e condições de vida? É dizer aos jovens que vão ficar para o resto da vida na instabilidade?

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O caminho, o futuro é contrato em contrato,…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Claro, Claro!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … passando pelo desemprego, «não saias da casa dos pais e levas 1000 € para casa todos os meses.» É esta a grande resposta que tem para dar à juventude, é esta a sua noção de modernidade, é para isso que quer a produtividade?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, aos jovens damos esperança; aos jovens damos pagamento de menos impostos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … um regime fiscal onde têm um desconto em sede de IRS nos 10 primeiros anos de atividade profissional; aos jovens damos isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e imposto do selo na compra da primeira casa; aos jovens damos uma garantia pública para poderem ter acesso a 100 % do custo da sua habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, os jovens têm, mais do que nunca, condições para acreditar em Portugal como nós acreditamos nos jovens para construir o futuro, não com ideias do passado…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, aos jovens o que dão é precariedade, vida precária e instabilidade — é isso que estão a dar aos jovens. Estão a decretar o futuro, o presente e o futuro dos jovens, dos que estão e daqueles que vão entrar no mercado de trabalho nos dias da manhã. É esse o seu decreto.

E, Sr. Primeiro-Ministro, com o seu pacote laboral, sabe o que é que dá aos jovens?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais salário!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Aos jovens, aos pais e às mães estão a dizer que vão ter menos tempo para acompanhar os seus filhos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade, sim senhor!

Estamos em pleno período das matrículas e a pergunta que lhe faço é: que resposta dá aos pais que não têm onde pôr os seus filhos em creche ou no pré-escolar, neste período?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Graças ao PCP!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aos ciganos?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Dê a resposta aos pais, que bem merecem. Isso sim, é que era responder também aos jovens.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal é o décimo país da Europa onde os salários são mais baixos. O preço da casa não para de aumentar, o mesmo se passa com os alimentos e com os combustíveis, e o Sr. Primeiro-Ministro recusa tomar qualquer medida eficaz para conter o aumento do custo de vida.

É, aliás, neste contexto que o Sr. Primeiro-Ministro insiste numa reforma laboral, que chama de «Trabalho XXI», que tive o cuidado de ler com atenção à procura de uma medida que puxasse os salários para cima — não existe. Mas encontra-se o banco de horas individual que tira rendimento aos trabalhadores, o alargamento da precariedade, a desproteção dos trabalhadores independentes e a asfixia da contratação coletiva. O Sr. Primeiro-Ministro chama de «Trabalho XXI» a uma reforma em que não se encontra soluções para a vida de quem trabalha, paga impostos e sustenta tudo neste País.

O Sr. Primeiro-Ministro deve responder-me que a sua reforma torna o País mais competitivo, que atrai mais investimento — e aqui está a pergunta que ninguém faz, mas que lhe quero fazer: se Portugal já tem dos salários mais baixos da Europa, que tipo de investimento é que nós queremos atrair, desvalorizando ainda mais o salário dos portugueses? É o tipo de investimento que vem para cá para pagar ainda pior aos portugueses? Que só é viável pagando mal? Que depende da mão de obra barata dos portugueses?

Sr. Primeiro-Ministro, isso é profundamente errado. Agora, a sua reforma tem um mérito,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah, um mérito!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … é o da coerência, em que todas as medidas que tomam puxam o salário na mesma direção. O problema é que os puxa para baixo. E é por isso que esta reforma é profundamente errada e deve ser rejeitada, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, com a sua reforma é que os resultados foram a diminuição do poder de compra…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e da disponibilidade financeira das famílias. Por isso é que os resultados de 2024 e de 2025 são incomparavelmente melhores do que aqueles que havia no tempo em que o Sr. Deputado batia palmas à ação do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, a Agenda do Trabalho Digno, que tanto enaltece, coloca uma taxa de desemprego aos jovens três vezes maior do que a do desemprego global, coloca uma precariedade que é três vezes maior nos jovens do que para todos os trabalhadores; e coloca os jovens com salários, à entrada, mais baixos do que a maioria dos trabalhadores.

O Sr. Deputado está contente com os resultados à Agenda do Trabalho Digno? O Sr. Deputado achava mesmo que estava tudo bem, que está tudo bem? Acha que os impostos que nós herdámos do tempo em que o Sr. Deputado apoiava, aplaudia e viabilizava as políticas do Governo no Parlamento é que eram os impostos corretos sobre o rendimento do trabalho?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O PSD absteve-se e o BE votou contra!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Olhe, eu acho que não. Eu acho que os jovens merecem muito mais, acho que os jovens merecem menos IRS, acho que os jovens merecem apoio na compra da primeira casa,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… acho que os jovens merecem que as empresas paguem menos impostos para poderem investir mais, para poderem ter maior capacidade, maior rentabilidade e poderem também pagar mais altos salários.

Sr. Deputado, nós estamos aqui para responder pelas nossas políticas. O Sr. Deputado quer que eu responda pelas suas políticas. Olhe, pelas suas políticas responderam os portugueses que o colocaram aí, sozinho, nessa bancada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, entre nós os dois, há uma pessoa que dizia que vinha aí o diabo se aumentássemos o salário mínimo, havia uma pessoa que dizia que vinha o diabo se revertêssemos o enorme aumento de impostos que o Sr. Primeiro-Ministro votou ali.

Portanto, sim, temos muito orgulho que, até hoje, o Sr. Primeiro-Ministro reconheça que as políticas de austeridade são profundamente erradas, nem que o senhor as defenda.

Aplausos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Eurico bateu palmas?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bateu, bateu!

O Sr. **Presidente**: — Foi esdrúxulo!
Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, entre nós os dois, o Sr. Deputado conseguiu o apoio do Deputado Eurico Brilhante Dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que entre nós os dois, o único que chama pelo diabo é o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que olha para tudo aquilo que estamos a fazer na fiscalidade, olha para tudo aquilo que estamos a fazer no apoio às empresas, olha para tudo aquilo que estamos a fazer na legislação do trabalho e vê que vem aí o diabo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O diabo já cá está! Já cá está!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não vem. Vem aí mais crescimento económico. Vem aqui mais rendimento, como já aconteceu em 2024 e em 2025, Sr. Deputado.
Por isso, vamos os dois, tranquilamente, aguardar serenamente os resultados desta política…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por amor de Deus!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente. Rapidamente, apenas para distribuir a votação da Agenda do Trabalho Digno: o PSD, liderado pelo Sr. Luís Montenegro, absteve-se e o Bloco de Esquerda votou contra.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, é um documento público.
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Era para pedir desculpa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ao Ramalho Eanes?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias já fez a interpelação à Mesa, agora a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, que está mesmo atrás do Sr. Deputado, precisa de questionar o Governo. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro e os demais Membros do Governo.

Apesar de ver o entusiasmo dos principais partidos da oposição debaterem entre si próprios, ao invés de escrutinarem o Governo, mas, como estamos aqui não só para escrutinar o Governo, como para aproveitar para colocar questões, Sr. Primeiro-Ministro, nós saudamos, no que diz respeito ao PTRR, por terem acolhido algumas medidas do PAN.

Medidas essas muito importantes, como é o caso das comunidades de energia renovável, a defesa do País em relação à erosão da orla costeira ou até mesmo a lei-quadro dos apoios, em matéria de situação de catástrofe. Medidas que o Sr. Primeiro-Ministro referiu há pouco e que, curiosamente, o PSD, quando o PAN aqui as propôs, votou contra, mas mais vale tarde do que nunca e ainda bem que, ao menos, o Governo soube aproveitar as propostas do PAN.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, no dia em que soubemos que a Europa está a aquecer cada vez mais, aliás, duas vezes mais que o resto do mundo, ao contrário até do que os radicais negacionistas vêm aqui recusar,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, oh!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … é importante que Portugal aprove um atlas de risco climático, não só para protegermos a erosão da costa, mas também para identificarmos as zonas de risco do País.

Este atlas tem teimado em sair do papel e por isso pergunto-lhe: se o clima mudou, é a altura do Governo deixar de ter medidas a marinar no que diz respeito ao combate à crise climática, está disponível ou não para ter um atlas de risco em Portugal?

Depois uma segunda pergunta que gostaria de lhe colocar e que se prende com a proteção animal. O Parlamento Europeu aprovou hoje um importante pacote de alterações legislativas em matéria de proteção e saúde animal, medidas muito importantes como o fim do acorrentamento, da comercialização de animais de raças apuradas, mas há uma dimensão que continua a ficar para trás, em particular no nosso País.

Sr. Primeiro-Ministro, vai fazer seis anos que ocorreu a tragédia de Santo Tirso, vai fazer também seis anos da conclusão do julgamento do caso em que morreram mais de 90 animais carbonizados, e quando olhamos para o PTRR não vimos uma única medida de adaptação do País em matéria de socorro e proteção animal. Aliás, tem apenas referência na dimensão dos animais de pecuária, nada tem na dimensão dos animais de companhia.

Por isso, a pergunta que lhe faço, Sr. Primeiro-Ministro, é muito clara: está disponível para, de uma vez por todas, trabalhar não só com a proposta do PAN, mas para termos uma proposta de resgate animal em Portugal, que inclua os centros de recolha, as associações e também as famílias, ou vai continuar numa lógica de falta de empatia…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, quero começar por agradecer e cumprimentá-la pela menção que fez a vários pontos do PTRR que merecem também a sua concordância, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das comunidades energéticas, ao reforço da defesa da erosão costeira e outras que tenho a certeza de que a Sr.ª Deputada acompanha, porque a Sr.ª Deputada também contribuiu com diversas sugestões para muitas ideias que acabaram por ficar contempladas no desenho final do PTRR.

Relativamente às alterações climáticas, a Sr.ª Deputada tem acompanhado a ação do Governo, a ação dentro de portas e externamente, nas organizações internacionais onde temos liderado alguns desses debates. A Sr.ª Deputada sabe que aprovámos uma lei do clima e temos uma agência a trabalhar precisamente nesse domínio e temos a estratégia nacional para as alterações climáticas em formação. A Sr.ª Deputada continuará, portanto, a ter várias oportunidades de interagir com o Governo no desenho desses instrumentos de planeamento.

Mas não quero deixar de lhe dar uma resposta relativamente à questão que colocou sobre o socorro e a emergência animal em situações de catástrofe e em situações adversas. Isto porque, de facto, para além da dimensão estritamente animal, propriamente dita, no sentido da proteção e do bem-estar dos animais, há também uma dimensão nas famílias, nas pessoas que têm uma ligação afetiva com os animais. Devo dizer que temos tido um problema, nomeadamente nas evacuações, precisamente por não aceitarem que essa componente não esteja contemplada. E muitas vezes recusam-se a abandonar situações de perigosidade, em função desse seu interesse, que é um interesse legítimo.

Por esta razão, estamos a avaliar a integração desta dimensão nos planos de proteção civil, com critérios claros, com formação adequada e também com articulação com as autoridades que têm conhecimento e *know-how* neste domínio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, nas regiões autónomas, a insularidade não é uma expressão abstrata. É uma realidade concreta, sentida todos os dias, seja nos transportes aéreos ou marítimos, na segurança, na saúde, na educação, na energia, enfim, na globalidade, no custo de vida.

Quem vive na Madeira, no Porto Santo ou nos Açores continua refém, ano após ano, da boa vontade dos governos da República no que diz respeito às transferências do Orçamento do Estado.

É por isso que a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, reivindicação legítima das regiões autónomas, não pode continuar a ser uma miragem que fique só nas intenções. É uma obrigação da República, é uma reivindicação legítima das regiões insulares.

Recordo, Sr. Primeiro-Ministro, que o grupo de trabalho foi anunciado por V. Exª em outubro de 2025, tendo anunciado também que a primeira reunião desse grupo de trabalho ocorreria em janeiro deste ano. Ora, já estamos no final de abril, Sr. Primeiro-Ministro, e até agora, pelo que sei, pouco ou nada aconteceu.

Noutro âmbito, Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito ao combate a incêndios florestais, há uma promessa do seu Governo que não pode continuar à espera. Isto tem a ver com o segundo meio aéreo prometido pelo Governo da República, que é uma necessidade operacional para proteger populações, bombeiros, floresta e território, numa região com uma orografia difícil e vulnerável como a da Região Autónoma da Maneira.

Por isso, deixo algumas questões concretas. Quanto ao combate a incêndios, pode garantir hoje que o segundo meio aéreo para a Madeira será efetivamente uma realidade este ano? Compromete-se hoje com um calendário claro e objetivo para a revisão da lei das finanças da Região Autónoma da Madeira? Essa revisão ficará concluída a tempo de produzir efeitos já no próximo Orçamento do Estado? Por último, Sr. Primeiro-Ministro, quem são as pessoas que fazem parte do eventual grupo de trabalho constituído para a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, obviamente que integramos as regiões autónomas no esforço de recuperação e resiliência, sobretudo de resiliência, porque, felizmente, os efeitos do comboio de tempestades desta vez não tocaram especialmente às regiões autónomas, o que não quer dizer que não sejam regiões especialmente expostas a fenómenos climáticos extremos e cuja severidade muitas vezes traz consequências e prejuízos de monta, quer do ponto de vista patrimonial, quer mesmo do ponto de vista pessoal às regiões autónomas.

Sobre as duas questões que o Sr. Deputado coloca, começo por dizer-lhe que temos vindo a trabalhar na questão da localização do segundo meio aéreo de combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira, como sabe. Evidentemente que estamos num domínio muito particular, onde o nível de exigência é muito elevado em todo o território, mas há uma coisa que sempre fizemos: nunca diminuir a capacidade operacional de acorrer a situações de emergência. Isso nunca esteve em causa.

É minha convicção — e é também a informação que o Sr. Ministro da Administração Interna me transmite — que este ano teremos finalmente a regularização desse objetivo de termos o segundo meio aéreo na região autónoma.

Relativamente à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, Sr. Deputado, tenho de ser muito claro. Temos tido vários encontros e troca de impressões com os órgãos de governo das regiões autónomas a este propósito. Temos também esperado o contributo das próprias regiões e temos um grupo de trabalho que está decidido no âmbito do Governo e que aguarda apenas a publicação no *Diário da República* para promover esse trabalho com vista a dar previsibilidade, como o Sr. Deputado mencionou, à gestão financeira das regiões autónomas.

Há uma coisa que tenho de assumir. Muito dificilmente, para não dizer que não será mesmo possível, ter isso contemplado já no próximo Orçamento do Estado para 2027. Seremos rápidos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, não há crise que atravesse Portugal sem que os partidos da oposição proponham reduções de impostos. Mas, ao contrário do que para aí se diz, o Governo já está mesmo a reduzir os impostos sobre as famílias portuguesas, e nos rendimentos que mais contam, os rendimentos do trabalho.

Nos últimos dias, tivemos duas confirmações oficiais. E, Sr. Primeiro-Ministro, os dados oficiais são o melhor antídoto contra a demagogia e contra o populismo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Na segunda-feira, a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) publicou as estatísticas de IRS de 2024. Os dados não podiam ser mais claros.

O orador exibiu um documento.

Em 2024, os rendimentos declarados pelas famílias portuguesas aumentaram 10 %, mas a tributação efetiva sobre esses rendimentos reduziu-se em 1.2 pontos percentuais. Ou seja, em 2024, os portugueses ganharam mais, pagaram menos IRS e por isso mesmo a carga fiscal sobre o trabalho começou a reduzir-se logo no primeiro ano de governação da AD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Segundo, a OCDE publicou recentemente um relatório precisamente relativamente à carga fiscal sobre o trabalho. E os resultados também não podiam ser mais claros. Em 2025, pelo segundo ano consecutivo, a carga fiscal sobre o trabalho em Portugal voltou a cair. Mais, a carga fiscal em geral, na OCDE, voltou a subir e Portugal foi, uma vez mais, a exceção. Já agora, ao contrário do que aconteceu em Espanha, em que a carga fiscal sobre o trabalho voltou a subir.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Mas como existem em Portugal e nesta Câmara partidos da oposição, à esquerda, mas não só, que continuam absolutamente fascinados com a política fiscal de Pedro Sánchez, pergunto: o que quer a oposição?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bem lembrado!

Protestos do BE.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quer uma carga fiscal à espanhola, mais alta e a subir ou quer uma carga fiscal à portuguesa mais baixa e a descer?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Nós não temos dúvidas sobre a nossa opção. Entre uma Espanha socialista e um Portugal reformista, a diferença está bem à vista. E as famílias portuguesas pagam mesmo menos IRS sobre os rendimentos do trabalho do que a Espanha de Pedro Sánchez, de que a esquerda gosta tanto.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, deixava-lhe a pergunta: o Governo vai ou não continuar a reduzir a carga fiscal sobre os salários em Portugal?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, acho que não podia ser mais oportuna esta sua intervenção…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ora bem! Para a semana já tem o projeto de resolução aprovado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … por uma razão objetiva, Sr. Deputado. Pela primeira vez, em vários debates quinzenais, as oposições hoje não trouxeram o assunto da carga fiscal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se não fosse o Sr. Deputado, corríamos o risco de ter tido visto uma das matérias que mais vezes temos trazido aqui excluídas deste nosso debate.

Mas porque é que a oposição hoje não quis falar da carga fiscal em Portugal? O Sr. Deputado Paulo Núncio já deu a resposta.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E que resposta!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — De facto, houve um relatório, que foi conhecido no dia 22 de abril, em que Portugal foi um dos quatro países da OCDE onde o peso dos impostos e contribuições sobre os rendimentos do salário reduziu-se em 2024 e em 2025.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É esta a conclusão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E a posição de Portugal melhorou porque nós passámos da posição de décimo país com a maior carga fiscal associada em 2023 para a posição de décimo sexto, em 2024, e décimo oitavo.

Nós estamos a crescer, mas é por bons motivos. Estamos a falar dos que têm mais carga fiscal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, nós deixámos de estar entre os primeiros. Estamos nos últimos, nos que têm menos carga fiscal. É isso que este resultado quer dizer. Passámos de décimo para décimo oitavo daqueles que têm mais.

Foi por isso, Sr. Deputado, que o Partido Socialista, mesmo o Chega, o Partido Comunista, o Livre, hoje não falaram da carga fiscal.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já tive a ocasião de dizer muitas vezes que há nesta Câmara quem confunda receita fiscal com carga fiscal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Escusa de argumentar com isso!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, sobretudo, receita dos impostos com a carga fiscal dos impostos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Costa é que dizia isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A carga fiscal dos impostos que era, em Portugal, de 24,9 %, em 2023, passou para 24,5 % em 2024 e 2025. E é nossa estimativa que possa ser 24,1 % em 2026.

É verdade que, circunstancialmente, a parte contributiva aumentou. Porquê? Porque aumentaram os salários. Foi sobretudo por via desse efeito.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Núncio, se a pergunta é se vamos continuar esta estratégia, a resposta é: vamos. Vamos, porque esta é uma estratégia virtuosa, que faz refletir na vida concreta das pessoas mais rendimento, fruto do seu trabalho.

Não tenho nenhuma pretensão de estar a fazer comparações com Espanha, mas acho que se vê daí, Sr. Deputado. Neste gráfico,…

O orador exibiu o documento que mencionou.

… este pico é um pico de carga fiscal em que Portugal estava acima da Espanha. De 2024 para cá, a diferença é esta: estamos bem abaixo.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o País pede reformas, o País exige reformas e o País escolheu reformas logo em 2024 e depois, ainda com mais força, em 2025.

Eu lembro, e é bem sabido, que quem não quer reformas e não deixa reformar acaba reformado. Por isso, gostaria de cumprimentar o regresso do Deputado Pedro Nuno Santos, que estava ali no fundo da Câmara, mas que infelizmente agora também já não está.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: de que serve exigir reformas se as oposições se põem sempre do lado do imobilismo? De que serve exigir reformas se as oposições querem que tudo fique na mesma?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: com as reformas que temos já apresentadas e aquelas que vamos apresentar, acredita que as oposições conseguirão ultrapassar o imobilismo e aprovar as reformas de que o País precisa?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Os democratas cristão vão votar em mim!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, coloca à prova a minha capacidade de acreditar nas oposições. Eu sou suspeito, mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, acredito que, a olhar para o interesse de Portugal, não se fique apenas sempre por reclamar mudanças, mas que se participe nas mudanças. E o que vejo é muitos a reclamar e a colocarem-se de lado quando elas chegam!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para colocar perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Hugo Soares, pelo Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, sou, em nome do grupo parlamentar, o último a, neste debate, usar da palavra. Fui assistindo a todo o debate e devo dizer-lhe que ele, hoje, teve vários momentos que me podiam fazer lembrar aqueles programas de um grande humorista português, o Ricardo Araújo Pereira,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … com um *sketch* que se poderia chamar «Será que ouvi bem?».

Risos de Deputados do CH.

Comecemos pelo Deputado André Ventura. A dada altura, eu próprio fechei os olhos só para ouvir,…

Vozes do CH: — Ouves com os olhos?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … para ver se era da minha cabeça ou se, com os olhos fechados, podia imaginar outro alguém a fazer aquela intervenção.

Protestos do CH.

Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que quando o Deputado André Ventura falou sobre a legislação laboral eu estava com os olhos fechados e pensei: «Eu não estou a ouvir o mesmo Deputado que usou da palavra na cerimónia do 25 de Abril e que zurzia no comunismo, como o Deputado André Ventura fazia normalmente, e fez no 25 de Abril!»

Ouvi o Deputado André Ventura e, devo dizer-lhe, de olhos fechados, podia ser o camarada André Ventura ou o camarada Jerónimo de Sousa ou o camarada Raimundo: são exatamente a mesma coisa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Exatamente a mesma coisa! Quando cheira a votos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há eleições?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … quando cheira a populismo, quando cheira a eleitoralismo, lá estão eles, exatamente iguais, sem querer mudar nada de nada neste País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

E perguntei-me: «Terei ouvido bem?»

Vozes do CH: — Abre os olhos que vais ouvir melhor!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A seguir, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi o Deputado José Luís Carneiro e, com o Deputado José Luís Carneiro, fui mesmo ao limite a perguntar-me a mim próprio: «Será que ouvi bem?»

O Sr. Deputado José Luís Carneiro fez-lhe diretamente uma pergunta. Perguntou o Sr. Deputado José Luís Carneiro ao Sr. Primeiro-Ministro, como que a desafiá-lo para o fazer: «Está, ou não está, o Sr. Primeiro-Ministro disponível para fazer um aumento extraordinário das pensões para os pensionistas que têm pensões mais baixas?» O Sr. Primeiro-Ministro levantou-se e respondeu ao Sr. Deputado José Luís Carneiro: «Essa ideia é minha, já o fiz duas vezes.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E porque é que achei que não tinha ouvido bem?

Sr. Primeiro-Ministro, não me leve a mal, também usei o *clipping* e fui procurar o que é que o Sr. Deputado José Luís Carneiro dizia, há nove meses — veja bem, foi só há nove meses —,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ui!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … sobre o aumento extraordinário de pensões, quando o Sr. Primeiro-Ministro veio ao Parlamento anunciar que pagaria um aumento extraordinário de pensões aos pensionistas.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O que propusemos foi um aumento permanente!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Permanente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Perante aquilo que foi, hoje, o desafio do Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Primeiro-Ministro, sem ouvir o que eu vou dizer, diria: «Bem, perante o meu anúncio, o Sr. Deputado José Luís Carneiro bateu palmas», ou «bem, perante o meu anúncio de um aumento extraordinário de pensões para os pensionistas mais baixos, tive o aplauso da bancada do Partido Socialista».

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Um aumento permanente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhe, Sr. Primeiro-Ministro, hoje, o Sr. Deputado José Luís Carneiro veio desafiá-lo a fazer aquilo de que, há nove meses, dizia: «Novo suplemento para pensionistas é a medida mais eleitoralista que conheço.»

Risos do PSD.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E era, era!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó Sr. Deputado José Luís Carneiro, em que é que ficamos? Quer que se faça, ou é eleitoralismo?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Sr.ª Presidente, não enviarei nenhuma carta ao Sr. Deputado José Luís Carneiro — ele, normalmente, tem esse hábito —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele trabalhava nos Correios!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … mas peço para depois a distribuição da notícia, para que o Sr. Deputado José Luís Carneiro se entenda, de uma vez por todas,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Permanente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … sobre se quer um aumento extraordinário de pensões, ou não; ou se, quando o Governo o vier anunciar, acusa outra vez o Governo de eleitoralismo.

Mas depois, os grandes momentos foram também, efetivamente, do Sr. Deputado André Ventura. Será que ouvi bem? Era fraude política, o PTRR!

O Sr. Primeiro-Ministro levantava-se e perguntava: «Mas ó Sr. Deputado André Ventura, o senhor não concorda com isto?» E ele dizia: «Bem, eu com isso concordo, até fui eu que dei essa ideia.»

Risos de Deputados do PSD.

A seguir, dizia: «Isto, este PTRR, é absolutamente inútil!» E o Sr. Primeiro-Ministro perguntava: «Mas ó Sr. Deputado André Ventura, acredita nisto ou não? Isso é bom ou não?»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E ele dizia: «Bem, eu nisso acredito, porque até fui eu que o propus há muito tempo.»

Risos de Deputados do PSD.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Sr. Primeiro-Ministro, vou dizer-lhe: O Dr. Ricardo Araújo Pereira não faria um melhor *sketch*, brincando com os Srs. Deputados, do que foi a obra de arte hoje apresentada pelo Deputado André Ventura.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Olha, podias ter aprendido alguma coisa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, falou-se aqui da reforma da legislação laboral e de várias receitas para combater o custo de vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Receita é ali com o Rui Tavares, da omelete!

Risos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estou manifestamente impressionado, Sr. Primeiro-Ministro, porque também não sei se ouvi bem. O Sr. Deputado José Luís Carneiro, por omissão — porque quer fazer esquecer —, e o Sr. Deputado André Ventura, não por omissão, mas porque quer constantemente fazer lembrar: um não fala do Eng.º Sócrates e não gosta que se fale do Eng.º Sócrates; o Deputado André Ventura passa a vida a lembrar o Eng.º Sócrates.

Ora, se há coisa que nós sabemos ser o legado do Eng.º Sócrates no País é uma bancarrota. É ter levado o País a praticamente não ter dinheiro para pagar salários e pagar pensões.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas eles, hoje, vieram aqui os dois, Sr. Primeiro-Ministro, com a mesma receita! Olhe, veja bem: para o Deputado André Ventura, diminui-se a idade da reforma e a sustentabilidade da Segurança Social não interessa a ninguém; para o Deputado André Ventura e para o Deputado José Luís Carneiro, IVA zero para todos, seja para pobres seja para ricos, no cabaz alimentar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai ler os relatórios do Banco de Portugal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Descem os impostos na eletricidade, descem os impostos nos combustíveis.

Sr. Primeiro-Ministro, não houve um que dissesse como é que, perante toda esta ousadia orçamental e fiscal, chegavam ao final do ano com contas públicas saudáveis, ao invés de dizerem que querem fazer o mesmo que fez o Eng.º Sócrates em Portugal. É exatamente a mesma receita!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Sr. Primeiro-Ministro, fala-se de legislação laboral e anuncia-se já uma potencial greve geral — não sabemos ainda se, depois, com a adesão da UGT (União Geral de Trabalhadores), ou não — da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional). Não quero dizer com isto mais do que vou dizer, e ninguém faça nenhuma extrapolação daquilo que vou dizer: anoto, e o País deve anotar, que, aparentemente, a greve está a ser convocada para a véspera de um feriado, a meio da semana.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É sempre a mesma coisa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sempre!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não deixa de ser curioso — e quero dizê-lo assim, tal e qual. Tal e qual!

Protestos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora, Sr. Primeiro-Ministro, queria perguntar-lhe…

A Sr. **Susana Correia** (PS): — É tirar os feriados!…

Vozes do PSD: — Levem o País à bancarrota, outra vez!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … quais serão as razões para esta greve geral. E queria perguntar, à Câmara e ao País: hoje, as pessoas que trabalham, os trabalhadores que visam ser defendidos nessa greve — aparentemente —, pagam mais impostos do que pagavam?

Vozes do PSD: — Não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A maior redução de sempre foi de António Costa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, efetivamente não pagam.

De resto, já aqui se falou — e o Deputado Paulo Núncio trouxe a debate aquilo que os Srs. Deputados da oposição não quiseram trazer: factos! — que nos últimos dois anos, de entre os 38 países da OCDE, Portugal foi o país onde a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho mais desceu. E também usou, e bem, o exemplo de que se apressam a usar, inclusive o Deputado André Ventura, os exemplos do Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez — o Deputado José Luís Carneiro até faz vídeos ao lado dele —, mas podiam hoje vir aqui dizer que Portugal não leva lições da Espanha a baixar os impostos sobre quem trabalha. Foram quatro vezes, Sr. Primeiro-Ministro, durante o seu Governo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ora, se não é por pagarem mais impostos, é por pagarem menos. Já agora, se pagam menos impostos, a OCDE também nos disse que, no ano de 2024, Portugal foi o país, de entre os 38 da OCDE, onde o rendimento médio mais subiu por cada trabalhador. Ora, os trabalhadores têm mais rendimento!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quem é que paga isso?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dei por mim a perguntar: «Será por causa dos serviços públicos, Sr. Primeiro-Ministro? Não será porque este Governo valorizou já mais de 40 carreiras na Administração Pública, em diálogo com os seus representantes? Significa isso que os trabalhadores da Administração Pública estão hoje a ganhar menos do que ganhavam no tempo do Governo do Partido Socialista?» Olhe, também não!

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Hoje, valorizamos mais de 40 carreiras na Administração Pública, e ganham mais do que ganhavam no tempo do Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tudo rico!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também não é esse o motivo para a greve geral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Será que tem a ver, Sr. Primeiro-Ministro, com a circunstância de…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Será que tem a ver, Sr. Primeiro-Ministro…

Continuação de protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Este incómodo é ótimo, porque não há um facto que as oposições consigam rebater, mas ruído eles fazem muito. Ruído, eles não deixam de fazer. Rebater factos, nem um, Sr. Primeiro-Ministro, nem um!

Será, Sr. Primeiro-Ministro…

Burburinho na bancada do PS.

Os Srs. Deputados Eurico Brilhante Dias e José Luís Carneiro estão nervosos!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos, por favor, suspender a contagem do tempo.

Na verdade, fui tentando deixar passar, para que as coisas se resolvessem sozinhas, mas não se resolvem mesmo. Portanto, tenho mesmo de pedir à Câmara que baixe o nível de ruído, porque além de ser difícil para o orador é também difícil para quem quer ouvir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Difícil é ouvir isto! Isso é que é difícil!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem problema, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Obrigada, Sr.as e Srs. Deputados.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado José Luís Carneiro, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, será que a greve geral é porque, como já aqui se disse, os jovens têm, hoje, em Portugal, um Governo que não olha para eles? Ou será que, hoje, o Governo de Portugal tem, do ponto de vista da Europa, um dos regimes fiscais mais amigo dos jovens até aos 35 anos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (PSD): — Mais competitivo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e eles vão poder vê-lo, agora, quando tiverem de pagar o seu IRS, por exemplo?

Ou será que eles têm mais dificuldade no acesso à habitação? São já hoje, Sr. Primeiro-Ministro, mais de 80 000 jovens que compram a primeira habitação sem pagar impostos, por força da decisão desta Câmara, proposta pelo Governo!

Sr. Primeiro-Ministro, se não é porque os trabalhadores pagam mais impostos; se não é porque os trabalhadores têm menos rendimento, porque têm mais e, por isso, também pagam menos impostos — ou ao contrário, se quiser, têm mais rendimento porque pagam menos impostos —; se não é porque as carreiras na Administração Pública não foram valorizadas, porque, pelo contrário, estão a ser valorizadas e, por essa via, também o são os rendimentos e os salários; se não é porque estamos, efetivamente, no Governo de Portugal, a apostar tudo na concertação social…

Olhe, a última questão que até poderíamos elencar como motivo da greve: «O Governo não dialoga. Este Governo, que está aqui à nossa frente, é um Governo que quer fazer uma legislação laboral, muito inimiga dos trabalhadores, mas sobretudo quer fazer como o Partido Socialista, que não gasta 10 minutos na concertação social e trouxe a proposta para o Parlamento.»

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que também não! Já foram mais de 200 horas de negociação na concertação social e, aparentemente, até quando a UGT parece querer fechar a porta, sabe-se lá porquê — e não quer dizer o que é que alteraria para chegar a acordo! —, lá vem o Governo dizer, mais uma vez: «Vamos lá sentar-nos à mesa e façam-nos uma derradeira proposta para chegarmos a um acordo».

Se também não é por falta de diálogo, de concertação social, se não é por falta de políticas amigas do rendimento e dos trabalhadores, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostava que pudesse explicar ao País, se souber — olhe, eu não sei! —,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Se ouvir os trabalhadores sabe!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … porque é que vai haver uma greve geral no País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Trabalhem! Trabalhem!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, já vou a essa questão da greve, mas queria começar por dizer o seguinte: o Sr. Deputado mencionou várias das decisões do Governo, ao longo dos últimos dois anos, que contribuíram para o aumento do rendimento das pessoas, para a valorização do trabalho, para o aumento da competitividade económica do País, e que se traduziram no resultado atingido.

Hoje, fui aqui várias vezes confrontado com posições dos partidos da oposição que dizem: «O senhor apresenta planos, o senhor apresenta programas, o senhor apresenta ideias e, depois, não os executa. Não têm tradução prática, não têm resultado.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso é só retórica política, porque os planos estão todos em execução, uns mais avançados, outros menos avançados. Estão a ser executados, estão a produzir resultados, uns mais satisfatórios, outros menos satisfatórios.

No global, o resultado do plano que apresentámos para diminuir os impostos sobre o rendimento do trabalho, para diminuir a carga fiscal sobre as empresas, para aumentar a competitividade da nossa economia, tem-se traduzido em resultados concretos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portugal tem crescido mais do que a média dos países da União Europeia e do que a média dos países da zona euro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É facto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portugal tem visto os rendimentos dos seus trabalhadores crescerem mais do que a média da União Europeia, da zona euro e até da OCDE. E vou dizer-lhe, Sr. Deputado, mesmo com os vários constrangimentos que temos nos fatores de competitividade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm! As pessoas não conseguem é comprar as coisas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Claro que nesta discussão, quando nós, serena e tranquilamente, falamos de resultados, de resultados que são objetivos, as oposições ficam incomodadas, e, portanto, depois fazem assim umas tiradas sem sustentação.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Hugo Soares, deixe-me dizer-lhe que os 42 acordos que celebrámos no âmbito da Administração Pública, para a valorização salarial, para a progressão das carreiras, as quatro vezes que diminuímos o IRS, as três vezes que subimos o complemento solidário para idosos, a criação do regime do IRS jovem, a isenção do IMT e do imposto do selo, tudo isso correspondia à visão de país e ao plano que apresentámos a votos, em 2024, e que esteve novamente em apreciação em 2025.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabem o que diziam as oposições sobre esse plano? Diziam que era inexequível ou que, se fosse executado como nós estávamos a propor, iria trazer défice, iria trazer o desequilíbrio das contas públicas.

Sabe o que aconteceu, Sr. Deputado? Tivemos superávite em 2024, já com a inclusão destas medidas, e tivemos um superávite que superou todas as estimativas, mesmo a nossa, em 2025.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Moral da história, Sr. Deputado: não vale a pena olhar muito para aquilo que dizem as oposições — com todo o respeito democrático —, porque as oposições dirão sempre que nós estamos a planear, que nós estamos a escrever, que nós estamos a apresentar documentos, que nós estamos a fazer propaganda. E depois nós diremos: aguardem pelos resultados.

E é isto que nós estamos a fazer: estamos a colecionar as sementes que vão traduzir-se em melhores resultados na qualidade de vida das pessoas. É isso que nós estamos a fazer, Sr. Deputado.

Deixe-me dizer-lhe, sobre os jovens — um dos segmentos aqui trazidos em várias intervenções —, que às vezes nem mesmo em Portugal se tem noção da dimensão da nossa política fiscal para aqueles que têm menos de 35 anos.

Só para que se perceba, para quem tem menos de 35 anos e ingressa no mercado de trabalho, qualquer que seja o seu rendimento, de forma transversal — naturalmente, com o limite daqueles rendimentos que são absolutamente inalcançáveis para a esmagadora maioria —, a tradução é esta: no primeiro ano de trabalho, 100 % de desconto, ou seja, IRS zero; nos segundo, terceiro e quarto anos de trabalho, 75 % de desconto, ou seja, paga-se 25 % daquilo que se pagaria se não houvesse este regime; nos quinto, sexto e sétimo anos paga-se 50 %; nos oitavo, nono e décimo anos tem-se um desconto de 25 % e, portanto, paga-se 75 %. E depois, naturalmente, tem-se acesso às políticas fiscais que há para todos, porque nós, ao apoiarmos mais este segmento, não nos esquecemos dos outros.

Para os outros, para todos aqueles que estão no mercado de trabalho, diminuímos quatro vezes a taxa de IRS, e diminuímos, sobretudo, nos escalões do meio, naqueles que têm rendimentos de 1200 €, 1300 €, 1500 €, 1800 €, 2000 €. E só não diminuímos mais porque, a dada altura, os senhores que estão nas extremidades deste Parlamento,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … em particular no Partido Socialista — não é bem na extremidade, mas está lá perto, cada vez mais, de resto — e no Chega, se juntaram e vieram dizer «não, tem de ser mais para o 1.º e 2.º escalões face aos outros», e nós queremos beneficiar todos e beneficiar com equidade.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Portanto, Sr. Deputado, quando se diverge tanto da planificação, do planeamento, quando se diverge tanto da capacidade de antecipar, de projetar decisões e do seu resultado, não se deve descurar este elemento. E é por isso também que, com todo o respeito pela atividade sindical, joga a nosso favor aquele que é o nosso objetivo com a evolução que queremos na legislação do trabalho.

Nós, além de querer proteger, queremos dar instrumentos para que os trabalhadores tenham mais rendimento — dar mesmo, para que isso não se obtenha apenas na política fiscal. A política fiscal é um elemento; a política e legislação do trabalho é outro elemento.

Nós temos de ter uma economia cada vez mais competitiva e produtiva para pagar melhores salários, porque para pagar bons salários é preciso produzir, é preciso criar valor. O dinheiro não cai do céu! É como para pagar

as despesas do Estado, que todos reclamam aqui, para todos, a todo tempo: é preciso que haja rendimento, que a sociedade tira precisamente do trabalho e da atividade das empresas.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Pois é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso que a legislação do trabalho, como um todo, está direcionada para nos tornar mais competitivos e mais produtivos. A legislação do trabalho portuguesa com certeza que nos faz funcionar — ninguém está a dizer que o País vai acabar se não mudar a lei do trabalho —, mas nós somos o 38.º país, em 39 países que foram analisados pela OCDE, em termos de rigidez do trabalho.

O que digo aos portugueses é isto: se nós somos capazes, do ponto de vista da rigidez da legislação do trabalho, de ter um resultado tão positivo em termos de capacidade de crescimento económico, em termos de capacidade para diminuir os encargos e os impostos sobre o trabalho, se formos ainda mais dinâmicos teremos mais capacidade para o fazer. É isso que nós queremos, é isto que nós estamos a fazer na Administração Pública.

Nós, na Administração Pública, com estes 42 acordos, estamos a falar do quê, Sr. Deputado? Estamos a falar da estabilidade da escola pública. É que há dois anos os professores estavam na rua — na rua! — a protestar, porque achavam que não tinham suficiente incentivo para cumprirem o seu desígnio de qualificar as gerações mais novas. E nós fomos sensíveis a essa especificidade, como fomos sensíveis à autoridade que dimana para que tenhamos uma sociedade segura, tranquila, que reclamavam os agentes das forças e serviços de segurança. É disso que nós estamos a falar!

Estamos também a falar de técnicos superiores do Estado, estamos a falar de médicos, estamos a falar de enfermeiros, estamos a falar de oficiais de justiça, estamos a falar daqueles que todos os dias garantem os serviços públicos e a sua qualidade, não só para satisfazer mais o cidadão, mas também para tornar a economia mais competitiva. Quanto melhor, mais ágil, mais rápido, menos burocrático for o serviço do Estado, mais capacidade nós temos de criar riqueza, e, criando mais riqueza, podemos pagar melhores salários e podemos também usufruir, no Estado, do retorno que essa riqueza dá em termos dos impostos sobre o rendimento das empresas.

Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, continuaremos este caminho e continuaremos com a inclusão possível. Há pouco, o Sr. Deputado Paulo Núncio também me fazia essa pergunta sobre a inclusão possível, enfim, da posição dos partidos políticos. Nós não temos uma maioria absoluta na Assembleia da República, muitas destas matérias carecem de pronúncia da Assembleia da República, outras acabam por tê-la precisamente por iniciativa legítima, constitucional, dos Srs. Deputados e dos respetivos grupos parlamentares.

O que nós não temos aqui é duas posições, nós não defendemos tudo e o seu contrário. Nós temos um projeto coerente, nós temos um projeto consistente. As coisas aqui batem todas certas umas com as outras. Nós não somos daqueles que mandam um tiro para o ar e depois esse tiro faz ricochete, e o seu efeito é precisamente o contrário daquilo que se quis com a emissão desse disparo.

Protestos do BE.

Sr. Deputado, quanto à greve, aguardarei serenamente a pronúncia das entidades sindicais sobre essa eventual jornada de contestação. Há uma coisa que dizemos muitas vezes, e é mesmo verdade: nós não colocamos em causa o exercício legítimo do direito à greve como forma de apresentação de uma visão, de uma contestação.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Nós gostamos de ver associado a isso um contributo positivo, proativo, que possa robustecer as nossas decisões.

Posso é só recordar que há uma grande diferença entre aquilo que muitas vezes esses movimentos expressam, os resultados que querem extrair dessas jornadas e aquilo que a globalidade da sociedade faz em termos de participação e em termos de leitura do enquadramento, do objeto e do objetivo que é também aí

alcançado. Os resultados das greves, nomeadamente da última greve geral, foi largamente — mas muito largamente! — excedido, do ponto de vista especulativo, pelos partidos que a secundaram.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estes partidos que estão aqui do meu lado esquerdo costumam invocar: «O Sr. Primeiro-Ministro perdeu a legitimidade para mudar as leis laborais na rua por causa da greve geral».

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

É caso para dizer que, se fosse por isso, Sr. Deputado, nós tínhamos visto era a relegitimação dessa vontade de sermos um País mais produtivo e mais competitivo.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Nesse domínio, de facto, não deixa de ser curioso um aproveitamento tão especulativo daquilo que é a realidade. É mais uma contradição a especulação sobre aquilo que é a realidade.

Sr. Deputado, vamos aguardar para, serenamente, enfrentarmos o exercício legítimo desse direito.

Há uma coisa que lhe quero dizer: nós não vamos — não vamos mesmo — desistir de ter um País mais rico; um País que, sendo mais rico, pode ser mais justo; um País que, sendo mais rico, pode garantir uma oportunidade a todos; e um País que, sendo mais rico, pode garantir uma oportunidade àqueles que mais precisam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Terminámos assim a ordem do dia de hoje.

A Mesa apresenta os seus cumprimentos ao Sr. Primeiro-Ministro e às Sr.ªs e Srs. Membros do Governo.

Resta-nos anunciar que a nossa próxima reunião plenária é amanhã, quinta-feira, sublinho, às 10 horas, com uma ordem do dia que se encontra já distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa tarde, Sr.ªs e Srs. Deputados.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.